

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**FUSÃO ITAÚ E UNIBANCO: VERIFICAÇÃO DOS REFLEXOS NOS
INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS**

KARINA ZIMERMANN POETA

FLORIANÓPOLIS

2010

KARINA ZIMERMANN POETA

**FUSÃO ITAU E UNIBANCO: VERIFICAÇÃO DOS REFLEXOS NOS
INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS**

Monografia submetida ao Departamento de
Ciência Contábeis, do Centro Sócio
Econômico, da Universidade Federal de Santa
Catarina (UFSC), para a obtenção do grau de
bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Dal-Ri Múrcia

FLORIANÓPOLIS

2010

KARINA ZIMERMANN POETA

FUSÃO ITAÚ E UNIBANCO: VERIFICAÇÃO DOS REFLEXOS NOS INDICADORES
ECONOMICOS E FINANCEIROS

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo nota (média) de....., atribuída pela banca constituída pelo orientador e membro abaixo mencionados.

.....
Prof. Dra. Valdirene Gasparetto
Coordenadora de Monografias do departamento de Ciências Contábeis.

Professores que compuseram a banca:

.....
Prof. Fernando Dal Ri Múrcia
Departamento de Ciências Contábeis

.....
Prof. Vladimir Arthur Fey
Departamento de Ciências Contábeis

.....
Maíra Melo de Souza
Departamento de Ciências Contábeis

RESUMO

POETA, Karina Zimmermann. **Fusão Itaú e Unibanco:** verificação dos reflexos nos indicadores econômicos e financeiros. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

O presente estudo, objetiva analisar os reflexos da fusão dos bancos Itaú e Unibanco. Para consecução do objeto realizou-se um levantamento documental através das demonstrações contábeis padronizadas referentes aos anos de 2007, 2008 e 2009, bem como realizou-se também um levantamento bibliográfico para dar suporte a pesquisa. O estudo é exploratório e a abordagem do problema é qualitativa. O levantamento dos dados foi realizado no primeiro semestre de 2010. As Demonstrações financeiras das empresas foram obtidas junto aos sites dos bancos analisados. O trabalho é relevante à medida que busca apresentar informações acerca de reorganizações societárias, contribuindo com uma explanação sobre o caso específico do Itaú e Unibanco e seus reflexos nos resultados econômicos - financeiros antes e após a fusão. Com os resultados obtidos conclui-se que a Reorganização Societária contribuiu muito para o crescimento da Nova Organização - o Itaú Unibanco Holding S.A. O Cálculo dos índices demonstrou que a fusão não apenas acarretou na adição das duas empresas mais sim na possibilidade de alavancagem de seus negócios e aumento de suas receitas.

Palavras-chave: Instituição Financeira; Reorganização Societária; índices; Banco Itaú S.A; Banco Unibanco S.A; Banco Itaú Unibanco Holding S.A.

AGRADECIMENTOS

Agradeço A Deus, por ter me dado à vida, saúde e alguns momentos difíceis que contribuíram muito para o meu aprendizado.

Ao meu grande amor, Igor Gardel Silva, pelo carinho, paciência, apoio e compreensão nos momentos em que não pude estar ao seu lado.

Aos Meus pais, Mônica e Carlinhos, que não mediram esforços para eu chegar a esta etapa da vida, sempre preocupados com a minha formação e conseqüentemente conclusão deste curso. Muito obrigada por entender os momentos em que não estive presente.

As minhas irmãs, Karla, Karyn, Kelly e Karoline que sempre me apoiaram e incentivaram nos momentos de dificuldades desde criança.

A Minha querida afilhada Bianca que fez com que sempre que estivesse com ela ganhasse mais força para qualquer batalha.

A minha segunda Família, Eliane, Osvaldo e Priscila, pelo carinho e disponibilidade de me ajudar no que fosse necessário.

Ao professor Fernando Múrcia e a minha Co-orientadora Maíra Melo, por suas orientações e paciência nos conhecimentos repassados para realização deste trabalho.

Aos meus amigos e colegas que me ajudaram e entenderam todos os dias em que não estive presente nos momentos de lazer.

Aos professores e funcionários do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, principalmente às professoras Dra. Valdirene Gasparetto e Dra. Elisete Dahmer Pfitscher e ao Funcionário Mauro Pereira.

E, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para o meu crescimento pessoal e intelectual, meu muito obrigada.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas

ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimento

APIMEC NACIONAL - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais

BACEN – Banco Central do Brasil

BANERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro

BANESTADO – Banco do Estado do Paraná

BEMGE – Banco do Estado de Minas Gerais

BMF& BOVESPA - Bolsa de Valores e Mercadorias e Futuros e a Bolsa de Valores de São Paulo

CDB – Certificado de Depósito Bancário

CFC – Conselho federal de Contabilidade

CPC – Comissão de Procedimentos Contábeis

CMN - Conselho Monetário Nacional

COSIF – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

CVM – Comissão de valores Mobiliários

FASB - Accounting Standards Boards

FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisa, Atuariais e Financeiras.

IASB - *Internacional Accounting Standards Board*

IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

IFRS 3 - *Business Combinations*

RDB – Recibo de Depósito Bancário

SFN – Sistema Financeiro nacional

S/A - Sociedade anônima

UBB – União de bancos Brasileiros

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Exemplo de incorporação	21
Figura 2: Exemplo de Fusão	23
Figura 3: Exemplo de Cisão com versão total do Patrimônio.	23
Figura 4: Exemplo de Cisão com versão parcial do patrimônio	24
Figura 5: Resumo dos principais órgãos do Sistema Financeiro Nacional apontado pela ANBIB	34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comparação do Encaixe Voluntário do Itaú e Unibanco em 2007.....	52
Gráfico 2: Comparação da Liquidez Imediata do Itaú e Unibanco em 2007	53
Gráfico 3: Gráfico comparativo do Spread praticado nos banco Itaú e Unibanco.....	58
Gráfico 4: Comparativo da evolução do Encaixe Voluntário e Liquidez Imediata.....	67
Gráfico 5: Comparativo da participação de Empréstimos e Empréstimos/Depósitos.....	67
Gráfico 6: Evolução dos Indicadores de Análise de capital	68
Gráfico 7: Evolução da taxa de Reinvestimento do Lucro	69
Gráfico 8: Evolução dos índices básicos de rentabilidade	69
Gráfico 9: Evolução dos Índices de Margem Financeira.	70
Gráfico 10: Evolução dos índices de Custo de captação e Retorno Médio das Operações de crédito	71
Gráfico 11: Evolução do Spread sobre as operações de crédito.....	71
Gráfico 12: Evolução da lucratividade dos Ativos e Juros Passivos.....	72
Gráfico 13: Evolução do Índice de Eficiência.....	73
Gráfico 14: Evolução do Índice de Capital de Giro Próprio	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Cálculo do Encaixe Voluntário (em milhares de reais).....	52
Quadro 2: Cálculo da Liquidez Imediata (em milhares de reais).....	52
Quadro 3: Cálculo do Empréstimos/Depósitos (em milhares de reais).....	53
Quadro 4: Cálculo do capital de giro próprio (em milhares de reais)	54
Quadro 5: Cálculo da Participação de Empréstimos (em milhares de reais).....	54
Quadro 6: Cálculo dos Índices de Capital e Risco (em milhares de reais).....	55
Quadro 7: Cálculo do Reinvestimento do Lucro (em milhares de reais)	55
Quadro 8: Cálculo dos Índices Básicos de Rentabilidade (em milhares de reais)	56
Quadro 9: Cálculo dos Índices de Rentabilidade e Spread (em milhares de reais).....	57
Quadro 10: Cálculo do Índice de Eficiência (em milhares de reais).....	58
Quadro 11: Quantidade se ações do Unibanco e da Unibanco Holdings para cada ação do Itaú Unibanco Holding.	59
Quadro 12: Posição Financeira Itaú, Unibanco e Itaú Unibanco Holding em 30de setembro 2010.	60
Quadro 13: Cálculo do Encaixe Voluntário (em milhares de reais).....	61
Quadro 14: Cálculo da Liquidez imediata (em milhares de reais)	61
Quadro 15: Cálculo do índice Empréstimos/Depósitos (em milhares de reais).....	61
Quadro 16: Cálculo do capital de Giro Próprio (em milhares de reais)	62
Quadro 17: Cálculo da Participação de Empréstimos (em milhares de reais).....	62
Quadro 18: Cálculo dos Índices de Capital e Risco (em milhares de reais).....	63
Quadro 19: Cálculo da taxa de Reinvestimento do Lucro (em milhares de reais)	63
Quadro 20: Distribuição de Dividendos e Juros sobre o capital próprio nos últimos 12 anos.	64
Quadro 21: Cálculo dos Índices básicos de rentabilidade (em milhares de reais)	64
Quadro 22: Cálculo dos Índices de Rentabilidade e Spread (em milhares de reais).....	65
Quadro 23: Cálculo do Índice de Eficiência (em milhares de reais).....	65
Quadro 24: Tabela comparativa dos índices de análise das Instituições Financeiras, segundo Assaf Neto (2007) dos bancos Itaú e Unibanco antes da fusão e do Itaú Unibanco Holding após a Fusão.	66

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	OBJETIVOS DA PESQUISA.....	14
1.1.1	Objetivo Geral	14
1.1.2	Objetivos Específicos	144
1.2	JUSTIFICATIVAS.....	144
1.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	155
1.4	DELIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	166
1.5	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	17
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1	REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS	18
2.1.1	Incorporação	21
2.1.2	Fusão.....	22
2.1.3	Cisão.....	23
2.1.4	Transformação	24
2.2	REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS EM ORGANIZAÇÕES FINANCEIRAS	25
2.3	UNIBANCO	26
2.4	ITAÚ.....	27
2.5	SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	29
2.5.1	Conselho Monetário Nacional (CMN)	29
2.5.2	Banco Central do Brasil.....	30
2.5.3	A Comissão de Valores Mobiliários (CVM).....	32
2.5.4	O Banco do Brasil	32
2.5.5	O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).....	33
2.5.6	Intermediários Financeiros e Auxiliares Financeiros	33
2.6	COSIF.....	35
2.7	A CONTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – NORMAS BÁSICAS DO BALANÇO PATRIMONIAL.....	38
2.8	ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA	40
2.8.1	Análise Através de Índices	41
2.8.1.1	Solvência e Liquidez	42
2.8.1.2	Capital e Risco.....	43

2.8.1.3 Rentabilidade e Lucratividade	44
2.9 COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS.....	46
2.10 ESTUDOS ANTERIORES	49
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	51
3.1 ITAÚ E UNIBANCO - ANÁLISE DOS INDICADORES NO ANO DE 2007.....	51
3.1.1 Capital e Risco.....	54
3.1.2 Rentabilidade e Lucratividade	56
3.2 ASSOCIAÇÃO ENTRE O ITAÚ E UNIBANCO.....	58
3.3 ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A – ANÁLISE DOS INDICADORES DE 2008 E 2009.....	60
3.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS ANTES E APÓS FUSÃO	66
4 CONCLUSÕES	74
4.1 RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS.....	75
REFERÊNCIAS	76
ANEXOS	81

1 INTRODUÇÃO

O setor bancário tem passado por inúmeras transformações nos últimos anos. Tais movimentações vêm ocorrendo por diversos fatores como globalização, desenvolvimento tecnológico e a volatilidade dos mercados. Como resultado destas transformações surgiu um grande número de fusões e aquisições neste setor.

Esta monografia trata da fusão entre dois grandes bancos brasileiros, porém com participação estrangeira, no ano de 2008, o Itaú e o Unibanco.

Mudanças em grandes empresas fazem parte da realidade das instituições. Entretanto o fato gerador ocorreu em um momento de dificuldade para muitos bancos, principalmente americanos. Mediante este cenário, de crise financeira mundial, surgiu a necessidade de uma maior abordagem dos resultados dessas instituições para identificar o que mudou e quais os reflexos da fusão para estas instituições.

Em meio aos impactos da crise econômica financeira de 2008 e 2009, num momento de grandes modificações no cenário econômico mundial, as empresas buscam formas de sobreviver e aumentar sua participação no mercado.

Segundo notícia publicada no jornal a folha de São Paulo em 27 de maio de 2009, vários setores da economia foram atingidos com a crise Hipotecária dos Estados Unidos (EUA). Os bancos, por exemplo, foram profundamente afetados com a redução do crédito. Os americanos e europeus, considerados muito sólidos, geraram uma crise de confiança. Quem possuía recursos em caixa, não os emprestava e quem precisava de recursos para suprir suas necessidades de caixa, não encontrava crédito disponível no mercado.

Para Barreto (2009) a primeira crise do século, foi deflagrada nos Estados Unidos após um longo período de euforia, supervalorização de imóveis e subavaliação de riscos. Muitos foram os culpados, ou por criar um ambiente propício à crise ou por agravar a situação, o que levou a grande parte dos mercados clamarem por interferências do governo ou órgãos multilaterais, no sentido de amenizar uma crise que não se sabia aonde iria parar.

Em uma economia globalizada a falta de recursos em uma parte do mundo acaba repercutindo no outro lado, principalmente quando esta escassez provém de um país como o EUA, maior potencia econômica mundial.

No Brasil, o principal efeito da crise foi a redução do crédito. Empresas que precisavam de recursos de terceiros para financiar seus projetos, não encontravam disponibilidades ou então, o encontravam com custo muito elevado. As famílias passaram a

consumir menos e as empresas diminuam seus Investimentos. Como esses fatores são essências para o crescimento e expansão da economia, até o Produto Interno Bruto (PIB), foi afetado.

Nos EUA, o estopim da crise foi a quebra do Banco Lehmann Brothers e a divulgação de prejuízo de alguns bancos americanos como o Citigroup e Wells Fargo. O que levou o governo daquele país a propor um pacote de 700 bilhões de dólares para ajudar esses bancos.

O Brasil, para Lopes e Palmeira (2008), mesmo com a economia menor e dependente do comércio exterior, tem maior probabilidade de resistir a crise, não por razões macroeconômicas, mais por ter possibilidades de reorientar a alocação de recurso para aproveitar o potencial de crescimento do mercado interno de produtos básicos e de bens e serviços, bem como, aumentar a eficiência e a divisão de trabalho com os países vizinhos, principalmente com o Mercosul.

Um exemplo são os bancos brasileiros, que souberam sobreviver muito bem à crise, principalmente as grandes instituições. Prova disto foram os lucros auferidos em 2009, de acordo o Jornal O Globo de 25 de fevereiro de 2010: o Banco do Brasil obteve lucro líquido de 10,148 bilhões, seguido pelo Itaú Unibanco 10,067 bilhões e Bradesco 8,012 bilhões.

O Globo, ainda completa, que o motivo principal que levou os bancos Brasileiros a não serem afetados com a Crise, está na legislação bancária, restrita em relação a créditos podres, e as medidas adotadas pelo Banco Central do Brasil, como leilões de Dólar e diminuição do compulsório (espécie de garantia que deve ser depositada no Banco central), para aumentar a liquidez do sistema bancário.

Neste ambiente de grandes mudanças, merece destaque a fusão do Itaú com o Unibanco, dois grandes bancos do Brasil.

Essa reorganização societária despertou muita curiosidade entre as pessoas e principalmente entre os clientes e colaboradores das instituições em questão, no que concerne ao motivo desta união, e que benefícios poderiam proporcionar para a nova empresa resultante, denominada de Itaú Unibanco Holding S.A.

Este cenário conduziu o seguinte problema de pesquisa: Quais os reflexos causados no desempenho econômico e financeiro do Banco Itaú e Unibanco após a fusão?

1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.1.1 Objetivo Geral

O presente trabalho tem como objetivo geral examinar os reflexos dos indicadores econômicos e financeiros após a fusão dos bancos Itaú e Unibanco.

1.1.2 Objetivos Específicos

Para consecução partir do Objetivo geral, delimitou - se os seguintes objetivos específicos.

- Analisar os Indicadores Econômicos e Financeiros do Banco Itaú, antes da Fusão com Unibanco;
- Analisar os Indicadores Econômicos e Financeiros do Unibanco, antes da fusão com o Itaú;
- Analisar os Indicadores Econômicos e Financeiros do banco Itaú Unibanco Holding S.A. empresa constituída após a fusão; e
- Comparar a evolução dos indicadores econômicos e financeiros antes e após a fusão do Itaú e Unibanco.

1.2 JUSTIFICATIVAS

O estudo justifica-se na busca de informações de reorganizações societárias que ocorrem com certa frequência nas empresas Brasileiras. Em um período de crise econômica mundial, muitas dúvidas surgiram sobre as causas e conseqüências da Fusão bancária entre os bancos Itaú e Unibanco. Os dois bancos encontravam- se em um cenário de grandes mudanças e volatilidade dos mercados, principalmente no setor que participam, sem grandes sofrimentos.

Em virtude de trabalhar em uma instituição financeira o assunto em questão sempre trouxe muito interesse, além de ser uma necessidade profissional, entender melhor as mudanças econômicas e financeiras ocorridas.

No ambiente em que os dois bancos estão inseridos, busca-se comparar os índices econômicos e financeiros, de acordo com as normas de Contabilidade pesquisadas através de Matarazzo (1998) e Assaf Neto (2007), para averiguar os reflexos ocorridos nas duas empresas, após a Fusão, comparando com seus indicadores antes da Fusão.

Neste contexto, depara-se com um assunto muito comentado pela mídia, com amplas possibilidades de conhecimento, porém, pouco explorado.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Identificado o assunto e à problemática da pesquisa desenvolvida, apresenta-se à metodologia que foi utilizada, descrevendo alguns conceitos de estudiosos em questão.

Segundo Fachin (1993, p. 27), ciência é “[...] essa seqüência permanente de acréscimos de conhecimentos racionais e verificáveis da realidade [...]”. No entanto, a ciência é um jogo de regras precisas, onde só é científico o que pode ser comprovado por procedimentos obtidos de modo objetivo, isto é, sem vícios.

Para Salomon (1977, p.219), trabalho científico define-se como sendo,

[...] Tratamento escrito de um tema específico que resulte de investigação com o escopo de apresentar uma contribuição relevante ou original e pessoal à ciência, [...] ocupa em nosso plano o ápice de uma pirâmide, cuja base são o método e as práticas do estudo eficiente, superposta por um “corpo” de reflexões sobre as investigações e os trabalhos científicos.

Fachin (1993, p. 24), completa que o “Conhecimento científico se apresenta em função da necessidade de o ser humano estar constantemente procurando aperfeiçoar-se e não assumir uma postura simplesmente passiva, observando os fatos e objetos, sem poder de ação ou controle dos mesmos”.

É importante destacar, que para se fazer ciência é fundamental a pesquisa, pois é por meio dela que o conhecimento sobre determinado assunto torna-se amplo o suficiente para tentar atingir um objetivo já determinado.

Segundo Gil (1988, p. 19), pesquisa é:

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos [...] é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científico. [...] desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

Nesta monografia, a abordagem do problema foi **qualitativa** e o tipo de pesquisa é **exploratório**. O método utilizado foi de **levantamento**, como técnica para obtenção dos dados necessários para fornecer a resposta requerida ao problema formulado, sendo assim a pesquisa assumirá um caráter mais amplo e significativo.

A pesquisa iniciou-se, com o levantamento de dados através de pesquisa documental e via Internet junto aos sites dos órgãos fiscalizadores como CVM (Comissão de Valores Mobiliários), Banco central do Brasil, Ibovespa (bolsa de valores de São Paulo), balanços e demonstrações contábeis dos bancos Itaú e Unibanco nos anos de 2007, 2008 e 2009, bem como as normas da contabilidade financeira através de Matarazo (1998) e Assaf Neto (2007), entre outros.

Inicialmente calculou-se os Índices de análise financeira e econômico específico para instituições financeiras baseando-se no modelo de Assaf Neto (2007) dos bancos Itaú e Unibanco no ano de 2007, último ano em que as demonstrações foram lançadas individualmente. Em seguida calculou-se os índices do Itaú Unibanco Holding S.A, nos anos de 2008 e 2009. Sendo que o ano de 2008 as demonstrações foram unificadas a partir do quarto trimestre. Os números do ano de 2009 é que consolida o primeiro ano após a fusão de janeiro a dezembro.

Por fim, comparou-se os Índices dos bancos após a fusão e identificou-se os reflexos causados pela reorganização societária.

1.4 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

A pesquisa limita-se a análise das demonstrações contábeis dos bancos Itaú Holding Financeira S.A. e Unibanco – União de Bancos S.A. no ano de 2007, e do Itaú Unibanco Holding S.A., empresa constituída após a fusão, nos anos de 2008 e 2009. As empresas coligadas e controladas não foram incluídas nesta pesquisa.

A análise das demonstrações contábeis através dos Índices é muito comum para empresas comerciais e industriais, entretanto, tratando-se de instituições financeiras, são raros os autores que publicam formas para tal averiguação. Por isso, optou-se pelo modelo de Assaf Neto (2007). Analisou-se cada indicador individualmente e comparou-se com anos anteriores a fusão, em que as instituições lançaram suas demonstrações isoladamente.

Entre as demonstrações contábeis, são abordados apenas os balanços patrimoniais e as Demonstrações do resultado do Exercício.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

No primeiro capítulo trata-se do tema da pesquisa, bem como os principais motivos para escolha do assunto, e os procedimentos metodológicos que serão utilizados.

No segundo seguinte apresenta-se a fundamentação teórica que dará sustentabilidade a pesquisa, verificam-se as reorganizações societárias, a contextualização histórica dos bancos em estudo, os órgãos fiscalizadores e normatizadores do sistema financeira nacional e as formas de reorganização societária.

Ainda aborda-se os aspectos contábeis através do COSIF, CPC - 15, e as normas para análise através de índices da contabilidade para Instituições Financeiras.

No terceiro capítulo calcula-se os índices específicos para contabilidade de bancos conforme Assaf Neto (2007) do Unibanco e Itaú no ano de 2007, último ano em que lançaram suas demonstrações contábeis individualmente. Após, calcula-se os Índices do Itaú Unibanco Holding S.A., após a fusão, nos anos de 2008 e 2009. O ano de 2008 já consolidados com a união dos dois bancos que ocorreu em outubro deste. E, em 2009 como o primeiro ano fechado de janeiro a dezembro.

E finalmente, identifica-se o que foi concluído quanto ao problema e objetivos da pesquisa. Como resultado, tem se algumas sugestões para trabalhos futuros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será apresentada a base teórica que dará suporte a pesquisa desenvolvida neste trabalho.

2.1 REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

Com o advento da nova ordem econômica mundial e a globalização, as sociedades comerciais ou com fins lucrativos necessitam se adaptar a essa realidade para que possam competir nesse mercado turbulento, carecendo para tanto, em muitos casos, de reorganizações da sua estrutura societária (VELTER; MISSAGIA, 2010, p. 211).

Segundo Iudicibus, Martins e Gelbcke (2005), reorganizações societárias são operações que permitem às empresas a qualquer momento, efetuar reformulações apropriadas, podendo ser de natureza e objetivos distintos. Essas reformulações, previstas em Lei, podem ocorrer através da Incorporação, cisão e Fusão.

De acordo com a Lei 6.404/76 em seu artigo 223: “A Incorporação, fusão ou cisão podem ser operadas entre sociedades de tipos iguais ou diferentes e deverão ser deliberadas na forma prevista para a alteração dos respectivos estatutos ou contratos sociais”.

Na visão de Passos e Vila (2010) as operações de reorganização societária, têm como principal objetivo melhorar, ampliar e diversificar os negócios das empresas, bem como, ser um importante instrumento de gestão. No Brasil são freqüentes em decorrência da elevada carga tributária, apesar da administração tributária não permitir alguns casos de reorganização de empresas de mesmo grupo econômico, com único objetivo tributário, sem fundamentação econômica.

Operações de reorganizações societárias podem ser vistas como uma maneira de se “reestruturar” empresas de tal forma que se consiga com isso fazer com que a firma cresça mais rapidamente, se torne mais competitiva, aproveite oportunidades de entrar em novos mercados e de fazer novos Investimentos (CAMARGOS; BARBOSA, 2005).

No contexto da globalização, conforme Watanabe et al (2006) há aumento na necessidade de informações econômico-financeira, oriundas de empresas sediadas em outros países. Principalmente com objetivos de realizar investimentos e operações em nível global realizando combinações de empresas (*Business combinations*), que no Brasil trata-se de fusões, cisões e incorporações.

Conforme Perez Junior e Oliveira (2001, p. 174) os requisitos específicos para tomada de decisão em reorganização societária são:

- a) Acordo para realização
- b) Exposição de motivos ao órgão deliberativo, e,
- c) Deliberação propriamente dita.

Assaf Neto (2007, p. 40), salienta que:

Para qualquer alteração que haja em uma sociedade deve haver o consentimento unânime de todos os acionistas, exceto se constar no estatuto ou contrato social que o sócio que não esteja de acordo, possa deixar a sociedade. E completa, que a transformação societária não pode prejudicar de forma alguma os credores, os quais continuam com as mesmas garantias.

Como já citado anteriormente por Iudicibus, Martins e Gelbcke (2005), as empresas a qualquer momento podem adotar formas de reorganizações societárias, previstas em Lei, podendo ocorrer por diferentes motivos, como tais:

- Reorganização de um grupo de empresas em face da conjuntura socioeconômica;
- Reorganização com objetivo de planejamento sucessório e a proteção do patrimônio da sociedade e dos sócios;
- Planejamento fiscal, objetivando diminuir a carga tributária;
- Separação da empresa ou parte dela, para solucionar divergências entre acionistas, principalmente em empresas familiares;
- Incorporações ou fusões entre empresas para melhorar a integração operacional, evolução de tecnologia ou fortalecimento competitivo no mercado;
- Mudança no ramo de atividade, atuação ou internacionalidade das atividades operacionais;
- Reorganização de empresas estatais preparando-se para as privatizações; e
- Abertura de empresas familiares ao mercado de capitais.

Para Santos e Schmidt (2009), a globalização acarretou mudanças significativas no comportamento das empresas, através do aumento da competitividade, passaram a ter que aumentar seu nível de atividade a fim de se manterem competitivas no mercado. Com este cenário, aumentou a necessidade de estratégia de concentração e reestruturação de sociedades.

O tratamento Contábil nas operações de Incorporação, Fusão, Cisão e Incorporação, para Iudicibus, Martins e Gelbcker (2005) é muito simples, porém deve-se conhecer muito bem a natureza das operações e seguir algumas medidas preliminares como:

a) O protocolo dos órgãos de administração ou sócios deve possuir:

- I. O numero, espécie, classe das ações e os critérios de distribuição aos sócios;
- II. Os elementos do ativo e passivo que formarão o patrimônio no caso de cisão;
- III. Os critérios de avaliação do patrimônio Líquido, bem com serão tratadas as variações patrimoniais futuras;
- IV. A solução adotada em relação às ações de uma sociedade possuída por outra;
- V. O valor do capital da sociedade que será criada ou do aumento ou redução das sociedades que fizer parte da operação;
- VI. Estatuto e alterações que deverão ser aprovadas;
- VII. E, as demais condições acordadas pelas partes.

b) Justificação formal e Deliberação em Assembléia

- I. Os motivos e o interesse da companhia na operação; As ações que os acionistas preferenciais receberão e se houver alteração de direitos, o motivo;
- II. A posição das ações após a operação, segundo espécie e classe do capital da companhia que deverão emitir ou extinguir – se;
- III. O valor a receber dos acionistas dissidentes.

c) Aprovação do Protocolo e Nomeação dos peritos

Os peritos são nomeados para avaliar o Patrimônio das sociedades envolvidas, devidamente aprovados através de assembléia geral.

Os aspectos contábeis ora citados devem ser rigorosamente seguidos no momento da definição de reorganização societária, bem como ser aprovado na assembléia geral pelos acionistas.

De acordo com a Lei 6.404/ 76, as sociedades podem se reorganizar de seguinte forma: a) Incorporação; b) Fusão; c) Cisão; e d) Transformação.

As formas de reorganização societária são cada vez mais comuns nas empresas brasileiras. Hoje, não é raro a divulgação na mídia de fusões, incorporações e cisões de empresas, algumas vezes do mesmo ramo de atividade, e em outros casos não. Essas mudanças não ocorrem somente como uma forma de manterem-se competitivas no mercado, mas, por diversos fatores, como bem exposto por Iudícibus, Martins e Gelbcke (2005), anteriormente. No mundo globalizado de hoje, onde muitas empresas fecham suas portas no primeiro ano de sua existência, tornou-se uma alternativa muito procurada, para manter-se no mercado.

2.1.1 Incorporação

Conforme o Art. 227 da lei 6.404/76, Incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades denominadas “incorporadas” tem seu patrimônio absorvido e unem-se em torno de outra sociedade “incorporadora”, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.

Para Santos e Schmidt (2009, p. 335), “incorporação é um negócio plurilateral, objetivando agregar todas as ações de uma sociedade ao patrimônio de outra que sucede a incorporada em todos os seus direitos e obrigações, com a extinção de uma delas”.

Segundo Assaf Neto (2007, p. 42), “nos casos de incorporação, somente a sociedade incorporada se dissolve, passando a integrar o ativo e o passivo da incorporadora”.

Lembra Carvalhosa (1998, p. 256):

A incorporação representa simultaneamente um ato constitutivo, pela agregação do patrimônio de duas sociedades em uma só, e ao mesmo tempo desconstitutivo, pelo desaparecimento da empresa incorporada, tendo como efeito principal o desaparecimento da personalidade jurídica dessa sociedade, com a absorção de seu patrimônio por outra empresa.

$$\boxed{\text{Empresa A}} + \boxed{\text{Empresa B}} + \boxed{\text{Empresa C}} = \boxed{\text{Empresa A}}$$

Figura 1: Exemplo de incorporação

Fonte: adaptado Nakamura (1990, p. 134).

A Figura 1 mostra um exemplo sintetizado da operação de incorporação. Neste caso as empresa B e C são extintas e incorporadas à empresa A, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.

2.1.2 Fusão

O processo de fusão é definido pela Lei 6.404/76, no art. 228 como sendo “a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar uma sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações”.

Para Santos e Schmidt (2009, p. 340) “na fusão ocorre à agregação dos patrimônios de duas ou mais empresas existentes em uma nova empresa e desaparecem as empresas fusionadas”.

Assaf Neto (2007) salienta que uma fusão pode ser realizada sem a extinção das empresas envolvidas, criando - se uma empresa holding, com o capital integralizado através das ações das empresas envolvidas na operação.

No entanto, a Fusões levadas a cabo até o momento em nosso país se sucederam sob a modalidade da absorção, mediante a união de pelo menos duas sociedades preexistentes onde uma absorveu a outra, com a conseqüente dissolução da sociedade absorvida e a manutenção da personalidade jurídica da sociedade absorvente, sem estar amparadas em nenhuma legislação que lhes sirva de marco jurídico, ainda que autorizadas e supervisionadas pelas autoridades monetárias e foram objeto, antes de realizar-se, de estudos e formalidades preparatórias (WALD; MORAES; WAISBERG, 2001 e SILVA, 2008).

Segundo a KPMG Corporate Finance, no ano de 2009 foram realizadas 454 operações de fusões e aquisições envolvendo empresas Brasileiras ou estabelecida no Brasil. As empresas que lideraram este ranking foram as de Tecnologia da informação, seguida das empresas de Alimentos, bebidas e fumo, e seguros. As Instituições financeiras ficaram com a 6º posição.

Baseando-se na teoria de Finanças, a decisão para um processo de fusão, está incluído nas decisões de Investimentos, com objetivo de expansão, diversificação ou crescimento de negócios. Entretanto, também está ligada a área de financiamento e a destinação dos lucros. Resumidamente, para se operacionalizar uma fusão é preciso ter recursos, internos ou externos (CAMARGOS; BARBOSA, 2009).

As Fusões podem ser muito benéficas para as empresas no sentido que uma terceira empresa é fundada com o que há de melhor em cada uma, em termos de tecnologia, valores e capital intelectual. Em muitos casos, ocorrem com empresas do mesmo ramo de atividade que

pretendem solidificar sua atuação no mercado. Um exemplo de Fusão é o das cervejarias Brahma e Antarctica.

$$\boxed{\text{Empresa A}} + \boxed{\text{Empresa B}} + \boxed{\text{Empresa C}} = \boxed{\text{Empresa D}}$$

Figura 2: exemplo de Fusão

Fonte: adaptado Nakamura (1990, p.134).

A Figura 2 apresenta um exemplo de fusão entre três empresas. As Empresas A, B e C, formarão uma nova empresa chamada D, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações deixando de existir todas as empresas fusionadas.

2.1.3 Cisão

De acordo com o art. 229 da lei 6.404/76, cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas de seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, e dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.

“A cisão pode ser total, quando houver a transferência de todo o patrimônio da sociedade cindida (que se extinguirá) ou parcial, quando apenas parte do patrimônio é vertido para as outras sociedades e a personalidade jurídica da companhia cindida subsiste” (ASSAF NETO, 2007, p. 41).

Na opinião de Carvalhosa (1998, p. 288), “a cisão tem por objetivo conciliar interesse individual do acionista na divisão dos patrimônios entre eles, além de servir como estratégia de racionalização e expansão do negócio”.

$$\boxed{\text{Empresa B}} + \boxed{\text{Parte da Empresa A}} = \boxed{\text{Empresa B}}$$

$$\boxed{\text{Empresa C}} + \boxed{\text{Parte da Empresa A}} = \boxed{\text{Empresa C}}$$

Figura 3: Exemplo de Cisão com versão total do Patrimônio.

Fonte: adaptado Nakamura (1990, p. 140).

Na figura 3 verifica-se a cisão total com versão total do patrimônio. Ocorre quando a empresa B ou C tem interesse em combinar com uma parte da empresa A. Segundo Nakamura, (1990, p. 140), essa parte pode ser a “posição acionária que a empresa possui na outra a ser cindida, de modo a separar-se dos demais acionistas”. A empresa cindida é extinta e as empresas B e C absorvem proporcionalmente o patrimônio, bens e obrigações.

$$\boxed{\text{Empresa B}} + \boxed{\text{Parte da Empresa A}} = \boxed{\text{Empresa B}}$$

$$\boxed{\text{Empresa C}} + \boxed{\text{Parte da Empresa A}} = \boxed{\text{Empresa C}}$$

$$\boxed{\text{Empresa A}} - \boxed{\text{Parcela Vertida às Empresas B e C}} = \boxed{\text{Empresa A Remanescente}}$$

Figura 4: Exemplo de Cisão com versão parcial do patrimônio

Fonte: adaptado Nakamura (1990, p. 140).

A Figura 4 demonstra a cisão parcial de patrimônio da empresa A, a qual não é extinta, continuando a existir. Transferindo apenas parte de seu patrimônio, direitos e obrigações para as empresas B e C.

2.1.4 Transformação

Transformação, de acordo com a lei 6.404/76 em seu art. 220 “é a operação pela qual a sociedade passa independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para outro”.

Para Assaf Neto (2007, p. 40) “não se identifica necessariamente à extinção da sociedade e sim a mudança da natureza ou da forma jurídica, mudando apenas o ramo de atividade”.

Essa operação societária aplica-se aos tipos de sociedades com personalidade jurídica reguladas pelo Código Civil de 2002 e pela Lei Societária em vigor. Ela tem caráter restrito, não podendo ser estendida a outros tipos de associação, como, por exemplo, às cooperativas (art.1.093 e s.), às sociedades de crédito imobiliário (Lei n. 4380/64) ou às fundações (art. 66 e s.).

Entende-se que nas transformações de sociedades, a pessoa jurídica continua a mesma, porém sob o regime agora adotado. Por exemplo, uma sociedade limitada (LTDA) que passa a ser uma sociedade Anônima (S.A.).

2.2 REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS EM ORGANIZAÇÕES FINANCEIRAS

O processo resultante de uma fusão ou aquisição dentro da indústria financeira, ou em outros setores, que acarreta geralmente em uma redução no número de instituições financeiras, é conhecido como consolidação bancária. Como resultado deste processo, observa-se uma diminuição no número de trabalhadores no setor financeiro, e finalmente, um declínio nas margens líquidas de juros dos bancos devido ao aumento na competição no mercado bancário (PAULA, 2002).

As reestruturações bancárias cresceram muito nos últimos anos nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, alterando profundamente a natureza e operação da indústria bancária. O crescimento das fusões e incorporações acarretou a desregulamentação dos serviços financeiros em nível nacional, a maior abertura do setor bancário à competição internacional, desenvolvimento tecnológico em telecomunicações e informática e a mudança na estratégia gerencial das instituições financeiras, tudo isso com foco no retorno aos acionistas (FARIA JUNIOR; PAULA, 2009).

Neste contexto, a fusão entre empresas é um fato cada vez mais comum na realidade econômica. Normalmente em busca de aumento de lucro, segurança do empreendimento, maior controle do mercado ou participação no cenário internacional (FUJIMOTO, 2006).

No entendimento de Silva *et al* (2009) as reorganizações de sociedades são ótimas estratégias para empresas que buscam uma melhor posição no mercado, e para isso, precisam reconhecer o melhor caminho a ser traçado. Nessa linha de raciocínio os autores alertam que na união de duas ou mais empresas, pode ocorrer choques entre culturas diferentes, o que é inevitável, contudo, em um consenso elas deverão optar pela escolha da melhor estratégia.

De acordo com Faria Junior e Paula (2009), no Brasil, há indícios de que o processo de consolidação dos bancos esteja em curso, fato que pode ser evidenciado pela redução no total das instituições financeiras bancárias e aumento do grau de concentração bancária a exemplo podem-se citar o que ocorreu como os Bancos Santander, Real, Itaú e Unibanco.

Conforme informações constantes no Relatório de Sustentabilidade do Itaú Unibanco de 2008: Em 3 de novembro de 2008, o Itaú e o Unibanco, duas instituições financeiras de capital brasileiro, anunciaram ao mercado a união de suas operações. Surgindo assim, o Itaú Unibanco Holding S.A., banco múltiplo, o maior banco privado do hemisfério Sul e um dos 20 maiores do mundo por valor de mercado.

2.3 UNIBANCO

De acordo com as informações disponíveis na *Homepage* do Unibanco, o início das atividades desta instituição deu-se em 1924 com uma carta patente do governo federal autorizando o funcionamento da seção bancária da casa Moreira Salles, que era na época uma loja de comércio em Poço de caldas – Minas Gerais. Este comércio transformou-se em 1931 em uma instituição independente: a casa bancária Moreira Salles, que mais tarde, em 1940, veio a tornar-se o banco Moreira Salles. Resultado de fusões com o Banco Machadense e a Casa Bancária de Botelhos.

De lá para cá, com o êxito das instituições surgiram diversas associações duradoras, inclusive com parceiros estrangeiros, que contribuíram para o crescimento dos negócios.

Ainda de acordo com as informações fornecidas pelo Unibanco, somente em 1975 após diversas reorganizações como fusões e aquisições é que ele passa a ter o nome Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. (UBB).

Um fator importante para o crescimento do Unibanco foi em 1955 a aquisição de parte dos ativos do Banco Nacional, aumentando assim sua rede para 1.446 dependências no Brasil, 2,1 milhões de clientes, sem contar a base de cartões de crédito para 1,40 milhões de portadores.

Outros pontos relevantes, segundo o relatório de administração do Unibanco de 2008, foi a aquisição de 50% da Fininvest, uma financeira com grande experiência em operações de crédito, e o lançamento de suas ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), sendo o primeiro banco brasileiro a negociar títulos nos Estados Unidos.

Novas parcerias foram surgindo com a virada do milênio, como a Globex/Ponto Frio, através do banco Investcred e o Magazine Luiza, formando o Luizacred. O Unibanco ainda fez menção, em sua *homepage*, a outros fatos relevantes como: a aquisição do Hipercard, com 70.000 estabelecimentos comerciais do Nordeste, as operações brasileiras do BNL, banco Nazionale Del Lavoro, ao Grupo Sonae, Dibens, Banco Cruzeiro do Sul, Grupo Ipiranga e o Grupo VR, além de ingressar no Ibovespa.

O Unibanco foi o Primeiro banco da América Latina a alcançar o grau de investimento (Investment grade) da agência Moody's na emissão de dívida em moeda local liquidada no exterior.

Verifica-se observando a história do Unibanco, que ele soube fazer sua empresa crescer através de parcerias, fusões e aquisições. Para Silva et al (2009), esta necessidade de

reestruturações que ocorrem nas empresas, é motivada pela competitividade do mercado, bem como uma forma de sobreviver, para manter-se forte para possíveis instabilidades que possam ocorrer futuramente.

Por fim, o Unibanco possui 85 anos, demonstrando ser uma instituição focada no crescimento. Criando alternativas e parcerias para manter-se forte no Mercado, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país, seja por meio de suas iniciativas de geração de empregos, apoio à cultura nacional e financiamentos as demais empresas de outros setores da economia.

2.4 ITAÚ

De acordo com Relatório de administração do Banco Itaú de 2008, na década de 40, em meio a uma economia conturbada pelo início da II guerra mundial, iniciou-se um período com menor controle estatal, o governo federal fechou algumas filiais de bancos de países inimigos como Alemanha e Itália. Aproveitando o cenário momentâneo, Alfredo Egídio de Souza Aranha, fundou o Banco central de Crédito. Por solicitação do governo Federal, o Banco Central de Crédito mudou de nome em 1952 para Banco Federal de Crédito, para não confundir com o termo Banco Central – autoridade monetária principal.

Conforme informações disponibilizadas pelo Banco Itaú em seu *homepage*, os anos 60 e 70 foram marcados por diversas incorporações como, a maneira de exemplos cita-se o que ocorreu com o banco Paulista de comércio em 1961 e a fusão com os bancos União de Crédito e Itaú América, o que proporcionou um rápido crescimento no Itaú. Somente em 1973, ele passa a ter o nome que possui hoje, que em Tupi-Guarani significa Pedra Escura.

Ainda conforme informações prestadas pelo Itaú, em seu *website*, após o início das privatizações de bancos estatais no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, muitas aquisições contribuíram para impulsionar a expansão do Itaú como exemplos: o Banco do estado do Rio de Janeiro (BANERJ), Banco de estado de Minas Gerais (BEMGE), Banco do estado Paraná (Banestado) e o Banco do estado de Goiás (BEG).

A entrada no novo milênio foi marcada por diversas aquisições principalmente de bancos estrangeiros como o BBA (creditanstalt), Lloyds TSB e do Canadense Banco Brascan, a holding Itaúsa adquiriu 99% do banco Fiat e em 2005 incorporou a Facilita – Promotora de vendas das Lojas Americanas. E, em 2006, o Grupo Itaúsa comprou por 2,2

bilhões de dólares as operações do Bankboston, uma subsidiária do Bank of América, com participação em diversos países como Chile e Uruguai , e sede em Miami e Nassau, capital da Bahamas.

O *homepage* do Itaú, completa que em 2008 o banco foi eleito como a marca mais valiosa na América Latina pela consultoria Intelbrand, pesquisa feita desde 2001 com cerca de 600 empresas de capital aberto da América latina. Tem como base a solidez financeira, impacto da marca junto ao consumidor e potencial para geração de lucro.

Esta posição no mercado somente é possível com ampla visão de mercado e seguindo uma Missão, conforme segue a apresentação pelo Banco Itaú:

Ser o Banco Líder em performance e perene, reconhecimento sólido e ético, destacando-se por equipes motivadas, comprometidas com a satisfação dos clientes, com a comunidade e com a criação de diferenciais competitivos. Os valores mais importantes de um banco não se guardam em cofres. O compromisso de compartilhar e praticar valores faz parte da história do Itaú. O respeito ao ser humano, o comportamento ético, o estrito cumprimento das leis e a vocação para o desenvolvimento são os princípios que fundamentam a cultura e direcionam a atuação do Banco.

Para Milone (2005) o Itaú caracteriza-se por uma constante evolução na comunicação com seus mercados-alvo. Procura sempre passar uma imagem de empresa inovadora e flexível, sendo retratado como uma instituição moderna e capaz de atender as necessidades de deferentes públicos.

A História do Itaú esteve sempre acompanhada de grandes parcerias, fusões e aquisições. Conforme Silva e Moraes (2006), as instituições financeiras costumam concentrar se em grandes conglomerados. Normalmente um banco comercial que se une a outras empresas como banco de investimentos, seguradora, corretora, distribuidora de títulos e valores mobiliários, e sociedade de arrendamento mercantil, para oferecer maior variedade e qualidade nos serviços.

Finalmente, pode-se observar uma empresa sólida com objetivos bem definidos, valores e missão, com foco principalmente na ética e nas pessoas. O Itaú em toda sua história soube aproveitar-se das oportunidades que surgiram, pois um banco para ser sólido, seguro e confiável, deve estar sempre em busca de melhorias, tendo em vista que trabalha com o dinheiro de pessoas físicas e jurídicas, exercendo papel primordial no mercado financeiro.

2.5 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O Sistema Financeiro nacional é formado por instituições que tem como finalidade intermediar o fluxo de recursos entre poupadores e investidores, em condições satisfatórias para o mercado e subdividem se em autoridades Monetárias e Instituições financeiras (HOJI, 2003).

De acordo com art. 1º da Lei 4.595 sistema Financeiro Nacional é composto pelas seguintes autoridades monetárias: Conselho Monetário Nacional, Banco Central de Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Banco do Brasil, Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social e demais instituições Públicas e Privadas, onde todos possuem como principal papel o de regular e fiscalizar o mercado.

As Instituições financeiras são influenciadas pela ação das autoridades monetárias. Para Silva e Moraes (2006, p. 25) “Onde quer que existam um sistema financeiro organizado e uma autoridade reguladora, essa autoridade entre as suas atribuições esta a supervisão e acompanhamento da evolução de sua estrutura”.

Os tópicos que seguem apresentam algumas definições de autoridades monetárias, fornecidas pela Cartilha Manual do Gerente do Banco Bradesco S.A. (2004).

2.5.1 Conselho Monetário Nacional (CMN)

O Conselho Monetário Nacional é o órgão superior do Sistema Financeiro Nacional e tem por finalidade formular a política da moeda e do crédito, objetivando a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do país.

O CMN possui ainda, a competência de expedir as normas gerais da Contabilidade e da estatística, que devem ser seguidas pelas instituições financeiras. Competência delegada em 1978 ao Banco Central do Brasil, de acordo com o item 1-1-2-1 do COSIF (FREIRE FILHO, 2002).

De acordo com art. 8º da Lei 9.069 de 1995, o CMN é constituído pelo Ministro do estado da Fazenda, pelo Ministro do estado do Planejamento e Orçamento e pelo presidente do Banco Central (Bacem).

As principais atribuições do CMN estão nos artigos 3º e 4º de Lei nº. 4.595, de 31 de

março de 1964, de acordo com Niyama e Gomes (2006, p. 4) destacando-se as seguintes:

- Adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades de economia nacional e seu processo de desenvolvimento;
- Regular os valores interno e externo da moeda e o equilíbrio no balanço de pagamentos no país;
- Orientar as aplicações de recursos e propiciar aperfeiçoamento das instituições financeiras;
- Zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras;
- Coordenar as políticas monetárias, creditícias, orçamentária, fiscal e da dívida, interna e externa;
- Fixar as normas da política cambial;
- Disciplinar as atividades da bolsa de valores e dos corretores de fundos públicos;
- Disciplinar o crédito em todas as formas; e
- Determinar recolhimento compulsório de depósito à vista às instituições Financeiras, função atribuída ao Banco Central, pela Lei n° 7.730 de 1989.

Niyama e Gomes (2006) completam que todas essas decisões são tomadas em reunião ordinária, uma vez por mês, ou extraordinariamente, quando convocados pelo presidente. Deliberada por meio dos votos, cabendo ao presidente o voto de qualidade a prerrogativa de deliberar nos casos de urgência.

2.5.2 Banco Central do Brasil

O Banco Central de Brasil é uma autarquia Federal a qual compete cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, conforme o art. 9º da Lei n°. 4.595/1964.

Para Freire Filho (2002), o Bacen tem competência para fazer cumprir as diretrizes gerais estabelecidas pelo CMN, regulamentando a organização e a fiscalização do Sistema Financeiro nacional.

O decreto Lei n°. 77.293 de 2 de fevereiro de 1945, criou a superintendência da moeda e do crédito (Sumoc), com o objetivo de exercer o controle do mercado monetário e organizar o Bacen, sendo que a Lei n°. 4.595/1964 logo após veio a transformar a Sumoc em Banco Central do Brasil.

Dentre suas atribuições, Niyama e Gomes (2006, p. 6), destacam:

- Emitir papel e moeda metálica;
- Executar serviços do meio circulante;
- Determinar os percentuais de recolhimento compulsório e receber os depósitos à vista das instituições financeiras;
- Realizar operações de redesconto e empréstimos às instituições financeiras
- Controlar capitais estrangeiros;
- Ser depositário das reservas de ouro e moeda estrangeira e de direitos especiais de saque;
- Fiscalizar as instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas;
- Conceder autorização para as instituições financeiras de funcionamento, e instalação inclusive no exterior;
- Conceder autorizações para transformações, fusões e cisões;
- Autorização para praticar operações de câmbio, crédito rural, venda de títulos da dívida pública federal, estadual e municipal, ações, debêntures, letras hipotecárias, e outros títulos;
- Entender – se em nome do governo brasileiro, com as instituições financeiras estrangeiras e internacionais;
- Regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis; e.
- Exercer vigilância nos mercados financeiros e de capitais sobre empresas que interfiram nesses mercados, em relação à modalidade ou processos operacionais que utilizem.

Os atos normativos do bacen são as circulares, cartas-circulares e comunicados, podem ser editados, também, comunicados conjunto com outros órgãos, normalmente a CVM, em virtude da natureza de suas atribuições, lembra Niyama e Gomes (2006).

Freire Filho (2002) destaca, que o art. 22 da Lei nº. 6.385/1976, com redação atualizada pela Lei nº. 9.447/1997 e pelo decreto nº. 3.995/2001, estabelece que o Banco Central do Brasil é o órgão responsável em expedir normas sobre relatórios de administração, demonstrações financeiras, padrões de contabilidade, relatórios e pareceres de auditores independente, bem como a CVM, pode expedir normas sobre os mesmos temas, desde que não sejam conflitantes.

Para Silva e Moraes (2006), as medidas de aperfeiçoamento das áreas de normas, fiscalização e supervisão, controladas pelo banco Central, servem para aumentar a solidez e a transparência na atividade bancária.

2.5.3 A Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

A CVM foi criada pela Lei nº. 6.385 de 1976 têm a função de regular, controlar e disciplinar a emissão e a distribuição de valores Mobiliários, bem como as atividades das instituições e empresas participantes do mercado de capitais. Vale ressaltar que a Lei nº. 10.303/2001 introduziu alterações importantes na competência da CVM.

Para Niyama e Gomes (2006, p. 8) as principais atribuições são:

- Disciplinar e fiscalizar a emissão de valores mobiliários no mercado;
- Fiscalizar a negociação e intermediação no mercado de valores mobiliários;
- Fiscalizar e disciplinar as operações das bolsas de valores e a auditoria de companhias abertas;
- Fixar limites máximos de preço e comissões cobradas pelos intermediários;
- Decretar recesso das bolsas de valores;
- Suspender a negociação de determinado valor mobiliário;
- Divulgar informações para orientar os participantes no mercado;
- Conceder registro para negociação na bolsa e no mercado de balcão.

Segundo o *Homepage* da CVM, a atividade de fiscalização é efetuada através de informações relativas ao mercado, às pessoas que dele participam e aos valores mobiliários negociados. Zela pela confiança e confiabilidade, para isso, segue determinados padrões, como verificamos acima.

2.5.4 O Banco do Brasil

O Banco do Brasil até janeiro de 1986 assemelhava-se a uma autoridade monetária mediante ajustamentos da conta movimento do BACEN e do Tesouro Nacional. Hoje, é um banco comercial comum, embora responsável pela Câmara de Confederação.

Para Niyama e Gomes, (2006, p. 18), “é o principal parceiro do governo federal na prestação de serviços bancários necessários a execução do Orçamento Geral da União, execução da política de preços mínimos dos produtos agropecuários e compensação de cheques”.

2.5.5 O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

O BNDES é responsável pela política de investimentos de Longo Prazo do Governo e, a partir do Plano Collor, também pela gestão do processo de privatização. É a principal instituição financeira de fomento do Brasil por impulsionar o desenvolvimento econômico, atenuar desequilíbrios regionais, promover o crescimento das exportações, também é o principal instrumento da política de investimento do Governo Federal (art. 23 Lei 4.595).

Desta forma, com o papel de cada autoridade monetária definido, pode-se entender melhor como funciona o Sistema Financeiro Nacional no Brasil.

2.5.6 Intermediários Financeiros e Auxiliares Financeiros

O Sistema Financeiro Nacional também possui seus intermediários financeiros e auxiliares financeiros, que são as instituições Bancárias e não Bancárias. Os Intermediários Financeiros são: o Banco Comercial o Banco de Investimento e os Bancos Múltiplos. Os Auxiliares Financeiros são: Bolsa de Valores (Bovespa), sociedades corretoras e sociedades distribuidoras. A principal diferença entre Intermediário e Auxiliares Financeiros, é que o primeiro pode oferecer uma gama de produtos e serviços bancários, como por exemplo, receber depósito à vista, e são consideradas instituições Bancárias, enquanto que o segundo não pode receber Depósito à Vista e são consideradas instituições não Bancárias.

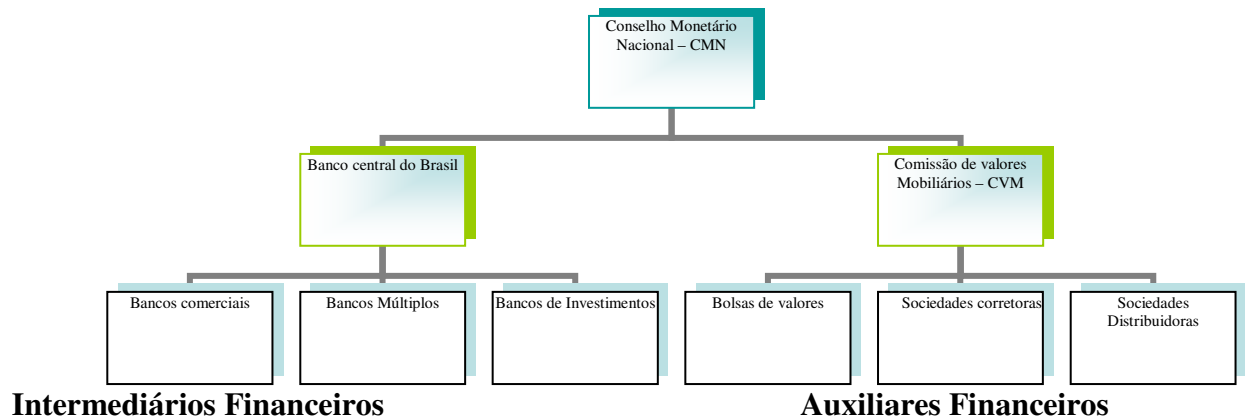


Figura 5: Resumo dos principais órgãos do Sistema Financeiro Nacional apontado pela ANBIB

Fonte: Cartilha - Manual do Gerente do Banco Bradesco S/A. (2004).

Abaixo algumas definições dos intermediários Financeiros de acordo com o Manual do Gerente do Banco Bradesco S.A. (BRADESCO, 2004):

O Banco Comercial, segundo o *website* do Banco central do Brasil, é uma instituição financeira considerada Bancária e pode ser pública ou privada, que tem como objetivo principal proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários para financiar, a curto e em médio prazo o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral.

Sua atividade típica é a captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis. Transfere recursos dos agentes superavitários para os deficitários, mecanismo esse que acaba por criar moeda através do efeito multiplicador. Os Bancos comerciais podem descontar títulos, realizar operações de abertura de crédito simples ou em conta corrente, realizar operações especiais de crédito rural, de câmbio e comércio internacional, captar depósitos à vista e a prazo fixo, obter recursos junto às instituições oficiais para repasse aos clientes, etc.

Já o **Banco de Investimento** é uma instituição considerada não Bancária, pois é uma instituição financeira privada especializada em administração de recursos de terceiros e captação de depósito a prazo, através de emissão de CDB e RDB, de captação e repasse de recursos e de venda de cotas de fundos de investimentos. Esses recursos são direcionados a empréstimos e financiamentos específicos à aquisição de bens de capital pelas empresas ou subscrição de ações e debêntures. Não podem destinar recursos a empreendimentos mobiliários e têm limites para investimentos no setor estatal.

O Banco múltiplo é uma instituição privada ou pública que realiza as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimentos e ou desenvolvimento, de crédito imobiliário, ou

arrendamento mercantil. É organizado sob a forma de sociedade anônima e sua denominação a palavra “Banco”.

A seguir, resumo dos principais auxiliares financeiros de acordo com o sitio eletrônico do Banco Central e com o Manual do Gerente do Banco Bradesco (BRADESCO, 2004).

As **Bolsas de valores**, como por exemplo, a Bolsa de valores de São Paulo (Bovespa), é uma empresa de capital aberto, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Seu objetivo é prover local ou sistema de negociação eletrônico adequado à realização de transações de compra e venda de título e valores mobiliários, que opera sob a supervisão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As **Sociedades Corretoras** são instituições membros da bolsa de valores, credenciadas pelo banco central e pela CVM. Suas principais funções são promover ou participar de lançamentos públicos de ações, custodiar e administrar carteiras de ações e efetuar operações de intermediação de títulos e valores monetários.

Já as **Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários**, participam do sistema de intermediação de ações e outros títulos no mercado primário. Suas principais funções são efetuar aplicações em títulos de valores mobiliários de renda fixa e variável, efetuar operações de compra e venda de títulos federais no mercado aberto e participar de lançamentos públicos de ações (BRADESCO, 2004).

2.6 COSIF

O COSIF - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional foi criado com a edição da carta circular 1.273 de 29 de dezembro de 1987 do Banco Central, com objetivo de:

Unificar os registros contábeis dos atos e fatos administrativos praticados, racionalizar a utilização de contas, estabelecer regras, critérios e procedimentos necessários à obtenção e divulgação de dados, possibilitar o acompanhamento do sistema financeiro, bem como análise, avaliação de desempenho e o controle, de modo que as demonstrações financeiras elaboradas, expressem, com fidedignidade e clareza, a real situação econômico-financeira da instituição e conglomerados financeiros.

As Normas, procedimentos e demonstrações financeiras, previstas na Cosif, conforme

Niyama e Gomes (2006, p. 21) são obrigatórias por:

- Bancos comerciais;
- Bancos de desenvolvimento;
- Caixas econômicas;
- Banco de investimentos;
- Sociedades de crédito, financiamento e investimento;
- Sociedade de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo;
- Sociedade de arrendamento mercantil;
- Sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e câmbio;
- Cooperativas de crédito;
- Administradoras de consórcio;
- Bancos múltiplos;
- Agências de fomento ou desenvolvimento;
- Instituições em liquidação extrajudicial;
- Companhias hipotecárias;
- Sociedades de crédito ao micro empreendedor.

Assaf Neto (2007, p. 300) salienta que as instituições financeiras devem cumprir as normas da COSIF e aos princípios fundamentais da Contabilidade no que se refere:

- Uso de métodos e critérios contábeis uniformes no tempo. Qualquer alteração deve ser registrada nas notas explicativas;
- Seguir sempre o regime da competência no registro contábil de receitas e despesas;
- Estipular um período fixo para apuração do resultado;
- Sempre proceder à apropriação mensal dos valores, independente da periodicidade.

O mesmo autor completa que o exercício social das instituições financeiras tem duração de um ano e obrigatoriamente se encerra em 31 de dezembro. As normas gerais são estipuladas pelo Banco Central do Brasil, seguindo determinações do Conselho Monetário Nacional.

Conforme o Banco Central, o Cosif, está dividido em quatro capítulos:

- No primeiro capítulo, estão os princípios, critérios e procedimentos contábeis, que necessariamente precisam ser usados por todas as instituições do Sistema Financeiro Nacional;
- No segundo capítulo, são listadas as contas que compõem o plano contábil com suas funções;

- O capítulo 3 traz os documentos de natureza contábil que devem ser elaborados pelas instituições do SFN;
- E finalmente, o capítulo 4 apresenta em forma de anexo, as normas editadas por outros organismos (CPC, IBRACON, etc.) recepcionadas para aplicação às Instituições Financeiras e demais Instituições autorizadas.

A classificação das contas segue a mesma estrutura estabelecida pela Lei das S.A., entretanto, alguns fatores são obrigatórios como acrescenta Niyama e Gomes (2006, p. 23):

No circulante e no Longo Prazo, a classificação das contas obedece as seguintes normas:

- a) Nos balancetes de março, junho, julho, setembro e dezembro, a classificação observa a segregação de direitos realizáveis e obrigações exigíveis até três meses e após três meses;
- b) A segregação mencionada na alínea a pode ser realizada extra contabilmente ao final de cada trimestre civil. Os relatórios e os demais comprovantes utilizados no levantamento constituem documentos de contabilidade, devendo permanecer arquivados, juntamente com o movimento do dia, devidamente autenticados, para posteriores averiguações;
- c) Quando houver pagamentos e recebimentos parcelados, a classificação se faz de acordo com o vencimento de cada uma das parcelas;
- d) Relativamente às operações de prazo indeterminado, classificam-se as ativas no realizável após três meses e as passivas no exigível até três meses, ressalvados, contudo, os fundos ou programas especiais alimentados com recursos de governos ou entidades públicas e executando na forma de disposições legais ou regulamentares que, devido a suas características de longo prazo, devem ser classificados no exigível após três meses;
- e) Na classificação, levam-se em conta o principal, rendas e encargos do período, variações monetária e cambial, rendas e despesas a apropriar;
- f) Observada a ordem das contas, os valores correspondentes ao realizável ou exigível até três meses e após três meses inscrevem-se nas colunas verticais auxiliares dos modelos de balancete e balanço geral;
- g) Para fins de publicação, além das demais disposições, valores realizáveis e exigíveis até um ano e após um ano devem ser segregados, respectivamente, em circulante e Longo Prazo, na forma da Lei nº. 6.404 de 1976.

Refletem citados os autores que, além desses critérios, as informações inexatas, a falta ou atraso superior a 15 dias, subsequentes ao encerramento de cada mês, das conciliações contábeis e escrituração, colocam a instituição e seus integrantes nas penalidades cabíveis nos termos da Lei nº. 4.595/1964 e legislação complementar.

No entendimento de Andrade, Niyama e Santana (2009, p. 2), “a transparência de informações dos relatórios contábeis deve fornecer melhores condições de julgamento e decisão, bem como de avaliação de risco para os analistas de mercado e Investidores”. Demonstrando seus riscos, a instituição demonstra para o mercado, que se preocupa com a imagem institucional e com a credibilidade.

Para todos os efeitos, as demonstrações contábeis dos bancos possuem algumas particularidades em relação às empresas comerciais, para isso, a importância do Cosif, unificando e padronizando as normas gerais dos balanços patrimoniais e demonstrações de resultado. Como resultado tem-se um melhor entendimento do funcionamento da contabilidade das instituições financeiras.

2.7 A CONTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - NORMAS BÁSICAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

Como já comentado anteriormente, as demonstrações contábeis das instituições financeiras é muito parecida com as elaboradas por outros segmentos empresariais, com algumas particularidades.

De acordo com Bodie e Merton (2002, p. 87):

Grande parte das informações necessárias para aqueles que tomam decisões financeiras nas empresas sobre negócios e sobre outras organizações, aparece nas demonstrações financeiras publicadas nos relatórios trimestrais e anuais aos acionistas. Essas demonstrações são feitas de acordo com as normas da contabilidade, por isso a importância de conhecê-las.

Um balanço patrimonial tem um enorme conjunto de itens avaliados de forma subjetiva, e esta é necessária para permitir que leitores do balanço tenham convicções de inferir sobre qual futuro daquela empresa uma vez conhecido o seu passado (CARVALHO; LEMES; COSTA, 2009).

A seguir algumas informações importantes da Contabilidade bancária, de acordo com Assaf Neto (2007): As fontes de recurso dos bancos são principalmente os depósitos ao público em geral, empréstimos recebidos e recursos próprios (capital e reserva). Esses recursos próprios possuídos pelos bancos fazem parte do seu Ativo, fazendo parte da conta de *disponibilidades*, as carteiras de títulos e valores Mobiliários, empréstimos e financiamentos concedidos e imobilizações.

As *disponibilidades* são o grupo com maior liquidez e são constituídos pelos encaixes bancário e aplicações em ouro. Nos encaixes bancários, está incluído o dinheiro livremente movimentável pelo banco, valores em espécie não sujeitos a pagamentos de compulsórios ou

a encaixe obrigatório e voluntariamente depositados em conta do banco central. As aplicações em ouro, normalmente são a temporários e ajustados a valor de mercado.

Em *aplicações interfinanceiras de liquidez*, são registrados os saldos de revenda de títulos de renda fixa a liquidar, bem como depósito no mercado interfinanceiro e em moeda estrangeira.

Na conta *títulos e valores mobiliários* estão incluídos as aplicações na carteira própria da instituição, os títulos de renda fixa vinculada e recompra, como também, títulos em garantia, contratos de compra de ações, ativos financeiros e mercadorias e prêmios de opções a exercer.

Em contas de *relações Interfinanceiras* constam os resultados dos serviços de compensação de cheques, os créditos vinculados e os repasses interfinanceiros. Já na conta *relações de interdependência*, estão os recursos de terceiros em transito e transferências internas de recursos.

As *operações de crédito* realizadas pelos bancos podem ser de Três formas: empréstimos, títulos descontados (desconto de duplicatas) e financiamentos.

Outra conta que consta no ativo dos bancos é a de *outros créditos*, que engloba: créditos por avais, fiança, diversos direitos de cambio, serviços prestados a receber, dividendo e bonificações a receber, adiantamentos salariais e créditos tributários.

Em *outros valores e bens* são listadas as participações societárias de caráter minoritário, bens que não se destinam ao uso próprio e as despesas antecipadas. E, finalmente para fechar as contas do ativo, o *Ativo permanente* com as contas de investimentos, imobilizado e diferido.

Em relação ao lado do Passivo das Instituições as contas dividem-se da seguinte forma, ainda de acordo com Assaf Neto (2007): *O Passivo Circulante e o Exigível a Longo Prazo*, como nas demais empresas formam as obrigações para com terceiro, no caso dos bancos, os recursos processados no mercado. A conta *Depósitos* trata dos recursos obtidos do público ou entidades governamentais.

Os recursos de *Aceites Cambiais* são captações mediante aceites de letras de Cambio, e as *obrigações por Operações Compromissadas* tratam-se das da recompra de títulos a liquidar da carteira própria e de terceiro.

As dívidas dos bancos com outras instituições no Brasil e no exterior constam na conta *Empréstimos e repasse*, e em outras obrigações, estão às exigibilidades dos credores, como dívidas fiscais e tributárias.

O Resultado de exercícios Futuros está as rendas recebidas, sem as exigibilidades e

apropriadas em decorrência de prazo, e finalmente o Patrimônio Líquido, indicando os próprios recursos do banco.

O conhecimento das contas que constituem o balanço Patrimonial das Instituições Financeiras é de extrema importância para o entendimento e análise das demonstrações contábeis, objetivo principal desse estudo.

2.8 ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA

É através do histórico de uma empresa que pode-se analisar a sua capacidade financeira, quer seja através do seu Balanço Patrimonial ou das Demonstrações do Resultado de Exercício, por exemplo.

Neste contexto é importante destacar a importância do sentido das palavras “econômicos” e “Financeiros”. Para Silva (2002) quando faz-se uma análise econômica esta avaliando-se o Patrimônio Líquido da entidade estudada e suas evolução. Bem como a relação do Patrimônio líquido com as fontes de recursos e a rentabilidade da instituição.

Ainda, segundo Silva (2002), quando se fala em análise Financeira, se verifica as disponibilidades existentes e a capacidade de liquidar seus compromissos, e o ciclo financeiro.

Nas Instituições financeiras, também se pode identificar a situação financeira e econômica, através da análise das Demonstrações Contábeis. Entretanto, esta análise possui algumas particularidades, que será apresentado futuramente neste trabalho (ASSAF NETO, 2007).

Diversos fatores são influenciadores do desempenho dos bancos, conforme Assaf Neto (2007) são fatores que a administração da empresa não exerce controle como:

- As condições econômicas e diretrizes da política econômica que afetam o sistema financeiro;
- A concorrência entre as instituições financeiras e o mercado em geral;
- As medidas regulatórias definidas pelas autoridades monetárias; e
- As inovações tecnológicas.

Dantas e Lustosa (2006) expressão que no Brasil, os resultados dos bancos são muito comentados e polemizados. Isso porque é inegável que seja importante as instituições financeiras manterem uma rentabilidade que garanta a sustentabilidade própria e do Sistema

Financeiro nacional também. Entretanto, sofrem críticas dos segmentos sociais pelos lucros elevados alcançados.

As instituições financeiras possuem um grande desafio para acompanhar as mudanças dos novos tempos. Reflete Silva (2008, p. 12), que elas atualmente “tem uma preocupação constante em buscar um modelo que seja o mais eficiente possível, e que dê garantias de que após a transferência dos recursos aos clientes, haja seu efetivo retorno.” Até porque os *spreads* estão cada vez menores.

As Instituições financeiras, além do que já citado por Assaf Neto, para manter se no mercado tem uma extensa gama de preocupações, principalmente na continuidade da empresa, na melhoria da qualidade de seus serviços e conseqüentemente no resultado proporcionado aos acionistas.

2.8.1 Análise Através de Índices

Uma forma de analisar a situação econômica financeira de uma instituição é avaliando suas demonstrações contábeis através dos Índices. Com esta verificação, consegue se informações em termos de segurança, liquidez e rentabilidade, conformem suas demonstrações contábeis.

Matarazzo (1998) nesse mesmo contexto, completa que a análise dos índices serve para medir os diversos aspectos econômicos e financeiros da empresa e evidenciar sua situação atual. Explica que os índices podem variar de acordo com o autor, contudo, trata se de diferenças que não afetam a análise.

Os índices de estrutura Patrimonial, por exemplo, segundo Silva (2002, p. 29) “analisa e avalia a segurança que a empresa dá aos capitais de terceiros e revela sua política de captação de recursos, bem como, sua alocação nos diversos itens do ativo”.

Para Assaf Neto (2007, p. 115) “as formas de análise de uma empresa ocorrem através da comparação dos valores obtidos em suas demonstrações contábeis em um determinado período, comparando com períodos anteriores”.

Porém, o mesmo autor, salienta que as técnicas para análise de balanços, são muito comuns para empresas comerciais e industriais, dispensando pouca atenção às instituições Financeiras. Esta análise exige conhecimento específico mais aprimorado, principalmente na dinâmica das operações financeiras.

Como nesta pesquisa o objetivo é analisar duas instituições Financeiras, segue os principais Índices que contemplam suas especificidades, segundo Assaf Neto (2007):

- Solvência e Liquidez;
- Capital e Risco;
- Rentabilidade e Lucratividade;

Na exposição dos índices, a seguir, adota-se como referência Assaf Neto (2007), por ser uma dos autores que trata mais especificamente da Contabilidade, incluindo a Análise de balanços de Instituições financeira.

2.8.1.1 Solvência e Liquidez

Solvência e Liquidez: uma empresa é considerada solvente quando o valor de seus ativos for maior que o valor de seus passivos. A solvência evidencia os recursos próprios de uma instituição oferecidos aos riscos de sua atividade.

Por outro lado a liquidez reflete a capacidade financeira da instituição em cumprir suas obrigações. No caso dos bancos o objetivo é atender ao fluxo das despesas operacionais, possíveis resgates de depositantes, reservas compulsórias e atender solicitações de empréstimos financiamentos.

Para Assaf Neto (2007) os principais índices para mensurar a Solvência e Liquidez dos bancos são:

$$\checkmark \text{ Encaixe Voluntário} = \frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Depósito a vista}}$$

“O encaixe voluntário mostra a capacidade financeira imediata de um banco em cobrir saques contra depósitos à vista na data de encerramento do exercício social”

$$\checkmark \text{ Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades} + \text{aplicações Interfinanceiras de Liquidez}}{\text{Depósito a vista}}$$

São as disponibilidades do banco e as suas aplicações financeiras negociáveis a qualquer momento (mercado aberto e depósitos interfinanceiros). Quando superior a 1, mostra

que ao banco tem condições de cobrir seus depósitos a vista e parte dos depósitos a prazo.

$$\checkmark \text{ Índice Empréstimos/Depósitos} = \frac{\text{Operações de Crédito}}{\text{Depósitos}}$$

Revela que para cada R\$ 1,00 de capital emprestado pela instituição quanto foi captado sob a forma de depósito.

$$\checkmark \text{ Capital de Giro próprio} = \text{Patrimônio Líquido} - \text{Ativo Permanente}$$

Indica os recursos próprios da instituição que se encontram financiando as operações ativas. Revela o nível de folga financeira financiada com Patrimônio Líquido.

$$\checkmark \text{ Participação de Empréstimos} = \frac{\text{Operações de crédito}}{\text{Ativo total}}$$

Revela o ativo total do banco que se encontra aplicado em operações de empréstimos.

2.8.1.2 Capital e Risco

Capital e Risco: visam identificar o volume de capital próprio da instituição ou o capital mínimo que deve em geral deve ser mantido pela instituição financeira.

Ainda segundo Assaf Neto (2007), segue os Indicadores de análise de capital:

$$\checkmark \text{ Independência Financeira} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

$$\checkmark \text{ Leverage} = \frac{\text{Ativo}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

$$\checkmark \text{ Relação Capital/Depositantes} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Depósitos (Passivo)}}$$

$$\checkmark \text{ Imobilização do capital Próprio} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Os itens citados, apesar de importantes, não avaliam o risco operacional dos bancos. Analisam o montante de capital próprio a ser mantido pelo banco para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer independente do risco assumido em seus negócios.

Taxa de Reinvestimento do Lucro (TRL)

$$\checkmark \text{ TRL} = \frac{\text{Lucro Líquido} - \text{Dividendos}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Indica o Incremento de capital próprio do banco mediante a retenção de seus resultados. De outra forma, é o valor do resultado líquido reaplicado nas operações do banco.

$$\checkmark \text{ TRL} = \text{Leverage} \times \text{retorno s/ Ativo Total} \times \text{Índice de retenção de lucro}$$

Representa que quanto maior esta taxa, maior a capacidade da instituição em financiar operações em seus ativos por meio de recursos próprios gerados pelas operações.

2.8.1.3 Rentabilidade e Lucratividade

Como todo negócio, os bancos têm como seu principal objetivo maximizar a riqueza de seus proprietários, através de uma adequada relação de risco e retorno. Até porque, nos bancos, os recursos captados e administrados são suas matérias primas (ASSAF NETO, 2007).

Índices básicos de Rentabilidade

$$\checkmark \text{ Retorno Sobre o Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Indica o ganho percentual auferido pelos proprietários como consequência da margem de lucro, da eficiência operacional, do *Leverage* e do planejamento de seus negócios.

$$\checkmark \text{ Retorno Sobre o Investimento Total} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Revela os resultados operacionais de negócios acionados pelo banco.

$$\checkmark \text{ Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita de intermediação Financeira}}$$

“A Margem líquida é composta por vários resultados de gestão dos ativos e passivos do banco como taxas, prazos, receitas e despesas, permitindo avaliar a função básica de intermediação financeira de um banco.”

Índices de Rentabilidade e *Spread*

$$\checkmark \text{ Margem Financeira} = \frac{\text{Resultado Bruto da Intermediação Financeira}}{\text{Ativo Total}}$$

$$\checkmark \text{ Custo Médio de Captação} = \frac{\text{Despesas Financeiras de Captação de Mercado}}{\text{Depósito a Prazo}}$$

$$\checkmark \text{ Retorno Médio das op. de Crédito} = \frac{\text{Receitas Financeiras de op. de Crédito}}{\text{Operações de Crédito}}$$

$$\checkmark \text{ Lucratividade dos Ativos} = \frac{\text{Receitas de Intermediação Financeira}}{\text{Ativo Total}}$$

$$\checkmark \text{ Juros Passivos} = \frac{\text{Despesa de Intermediação Financeira}}{\text{Passivo Total}}$$

Índices de Eficiência – IE

Relaciona as despesas operacionais da instituição com sua receita de Intermediação Financeira. Quanto menor for, mais elevada é a produtividade.

$$\checkmark \text{ IE Operacional} = \frac{\text{Despesas Operacionais}}{\text{Receitas de intermediação Financeira}}$$

2.9 COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS

De acordo com a resolução CFC nº. 1.055/05, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) tem como objetivo:

O estudo, o preparo e a emissão de pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Conforme *Homepage* do CPC, o mesmo foi criado, a partir da união das seguintes entidades: APIMEC NACIONAL (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais), ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas), BMF& BOVESPA (Bolsa de Valores e Mercadorias e Futuros e a Bolsa de Valores de São Paulo), CFC (Conselho Federal de Contabilidade), FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisa, Atuariais e Financeiras), e IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil).

Em um dos pronunciamentos emitidos pelo CPC foi o CPC número 15 que trata de Combinações de Negócios. Aprovado em 26 de junho de 2009, pelos membros do CPC e de acordo com a Lei nº1055/2005 e alterações posteriores, objetivando: “Aumentar a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações que a entidade fornece em suas demonstrações contábeis acerca de combinações de negócios e sobre seus efeitos.”

Para esse fim, referido pronunciamento do CPC estabelece princípios e exigências regulando a forma como o adquirente.

- i. Reconhece e mensura em suas demonstrações contábeis, os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores na adquirida;
- ii. Reconhece e mensura o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) da combinação de negócios ou o ganho proveniente de compra vantajosa;
- iii. Determina as informações que devem ser divulgadas para possibilitar que os usuários das demonstrações contábeis avaliem a natureza e os efeitos financeiros da combinação de negócios.

O CPC 15 está correlacionado com as Normas Internacionais de contabilidade - IFRS3, de acordo com o próprio Comitê de Pronunciamento. O IFRS 3 – *Business Combinations* é a Norma Internacional (*International Financial Reporting Standards*) editada pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), em conjunto com o *Financial Accounting Standards Board* (FASB).

Conforme Ernest e Young e FIPECAFI (2009, p. 190):

De acordo com a IFRS 3, uma combinação de negócios, pode ser entendida como uma transação ou um evento em que uma adquirente controla um ou mais negócios. Após a junção das entidades, a apresentação das demonstrações financeiras passa a ser consolidada. Os autores complementam que o IFRS 3, tem como objetivo descrever como deve ser a apresentação financeira das entidades que realizarão uma combinação de negócios.

Carvalho, Lemes e Costa (2009, p. 57), salientam que a IFRS 3 Não é aplicável em determinados casos, conforme segue:

- a) Nos casos em que as entidades individuais ou os negociadores operam em sob a forma de *joint ventures*, que é a formação de empreendimentos controlados em conjunto, disposto na CPC 19;
- b) Nos casos de combinações de negócios, entre entidades individuais ou negociadoras, sobre o mesmo controle;
- c) Combinações de negócios envolvendo duas ou mais sociedades de mútuo;
- d) Nos casos em que as entidades separadas ou os negociadores formam uma entidade por contrato.

Ernest e Yong e FIPECAFI (2009, p. 211) raciocinam que “as combinações de negócios, pelo que disposto no IFRS 3, não são permitidas entre entidades sob controle comum, como citado anteriormente. Porém, representam boa parte das combinações de negócios ocorridas no Brasil”.

As principais determinações do CPC 15, de acordo com o próprio pronunciamento são:

- I. A empresa adquirente deve reconhecer os ativos adquiridos e os passivos que passa a administrar pelos respectivos valores justos, mensurados na data de aquisição e divulgar informações para alcançar os objetivos do CPC;
- II. Deve ser contabilizada pelo método de aquisição, exceto se a combinação envolver empresas do mesmo grupo econômico;
- III. Estabelece princípios para o reconhecimento e mensuração dos ativos adquiridos, dos passivos assumidos e da participação dos não controladores na adquirida, se houver. Devem ser realizadas de acordo com a política contábil do adquirente .

- IV. Prevê limitações e exceções aos princípios de reconhecimento e mensuração conforme segue:
- (a) arrendamentos e contratos de seguro devem ser classificados com base nas condições contratuais e em outros fatores do início do contrato (ou de quando as cláusulas do contrato foram alteradas) em vez de com base nos fatores e nas condições existentes na data da aquisição;
 - (b) serão reconhecidos somente os passivos contingentes assumidos na combinação que se constituírem em obrigações presentes e que puderem ser mensurados com confiabilidade;
 - (c) exige-se que alguns ativos e passivos sejam reconhecidos ou mensurados de acordo com outros Pronunciamentos em vez de pelos seus respectivos valores justos. Os ativos e passivos afetados por essa exigência são aqueles dentro do alcance dos seguintes Pronunciamentos Técnicos: CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, CPC 33 – Benefícios a Empregados, CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações e CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada;
 - (d) existem exigências específicas para a mensuração de um direito readquirido (vendido anteriormente pela adquirente à adquirida e agora retornado à primeira por força da combinação de negócios);
 - (e) os ativos de indenização (valores a receber por força de alguma incerteza ou contingência a ser resolvida no futuro) são reconhecidos e mensurados em bases consistentes com o item objeto da indenização, independentemente de não serem mensurados ao valor justo. Podem também existir passivos de indenização.
- V. Efetuados as mensurações e identificado os ativos o CPC, exige que o adquirente identifique eventuais diferença:
- (a) a soma do valor justo dos seguintes itens: (i) contraprestação transferida total; (ii) participação dos não controladores na adquirida se houver; (iii) participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da data da combinação, se houver (no caso de uma combinação alcançada em fases); e.
 - (b) o valor dos ativos líquidos identificáveis da adquirida medido conforme os itens anteriormente mencionados.
- “A diferença positiva será reconhecida como ágio por rentabilidade futura (*goodwill*). Caso a diferença seja negativa, o adquirente deve, caso confirmados os valores e os cálculos, reconhecê-la como um ganho proveniente de uma compra vantajosa no resultado do período.”
- VI. A contraprestação transferida em combinações de negócios deve ser a valor justo;
- VII. Os ajustes provisórios podem ocorrer até 12 meses após a Combinação de negócio, período de ajustes até que resolvam-se todas as incerteza;
- VIII. Possui exigências específicas para direitos readquiridos, passivos contingentes, contraprestação contingente e ativos de indenização.
- IX. Os custos com a operação de combinação de negócios devem ser tratados diretamente como despesa do exercício, sem acréscimo aos ativos líquidos adquiridos.
- X. Em aquisição em estágio, o adquirente reavaliar sua participação pelo valor justo na data da aquisição e reconhece no resultado do período o ganho ou perda resultante;
- XI. O adquirente deve divulgar as informações das demonstrações contábeis, para que os usuários avaliem a natureza e os efeitos financeiros e econômicos das combinações de negócios, antes e após o período de reporte, bem como antes de aprovada a publicação das demonstrações contábeis. Após a Combinação de negócios deve informar os possíveis ajustes do período corrente e anteriores.

A IFRS 3 não admite que possam ocorrer genuínas Fusões entre dois grupos econômicos na combinação de negócios. Segundo Ernest e Young , FIPECAFI (2009, p. 211): “o IASB e FASB admitem que todas as operações de concentração deva haver um vendedor e um comprador, não cogitando a hipótese de que duas empresas fusionadas possam permanecer em bom equilíbrio”.

Os mesmos autores, ainda recordam da fusão ocorrida entre a Bovespa e a BM&F no Brasil. Mas, lembram que em muitos casos, os contratos são de genuínas fusões (*mergers*), mas na essência são verdadeiras aquisições de controle (*Purchase*).

2.10 ESTUDOS ANTERIORES

O objetivo deste capítulo é apresentar estudos relacionados a um dos temas deste trabalho, as instituições Financeiras.

Costa, Goldner e Galdi (2007), pesquisam os bancos brasileiros que se enquadra em um nível maior de disclosure em suas demonstrações contábeis. Eles estudaram uma amostra de 28 bancos nos anos de 2000 a 2004 e concluiu que apenas os cinco primeiros bancos colocados no ano de 2002, 2003 e 2004, obtiveram mais de 50% do cumprimento das evidenciações relacionadas às instituições financeiras. São eles: Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, Unibanco e Banespa. Os autores reconhecem que os bancos que evidenciam acima de 50% são os grandes bancos e destacam-se por boas praticas de governança corporativa (nível 1 da Bovespa) e que demonstram um conselho de administração independente, conseqüentemente ocupam uma fatia maior do mercado.

Já Dantas e Lustosa (2006) analisaram a rentabilidade das instituições Financeiras no Brasil, objetivando identificar se a performance dessas instituições(uma amostra de 50 bancos) é superior ao custo de oportunidade do dinheiro.Os resultados demonstraram que entre 2001 e o primeiro semestre de 2005, cerca de 62% ,apresentaram retorno superior ao custo de oportunidade de capital, representado pela taxa selic, 40% maior que o custo do dinheiro. Neste cálculo 34% das instituições apresentam retorno menor que o custo de oportunidade, não se tratando de um número desprezível.

O setor bancário para Faria Junior e Paula (2009), passou por diversas modificações na última década, o que provocou uma onda de Fusões e aquisições bancárias, além da entrada de bancos estrangeiros. Em seu artigo, há uma análise da evolução técnica dos maiores

bancos privados no Brasil. O Bradesco, Itaú, Unibanco, Santander, ABN Amro e HSBC. O objetivo dos autores foi avaliar se as fusões bancárias melhoraram a eficiência dos bancos. E os resultados demonstraram que as Fusões aumentaram a eficiência de intermediação dos bancos privados nacionais, possivelmente resultado de uma melhor gestão operacional e de corte nos custos administrativos e de pessoal. Na eficiência técnica a melhoria foi menos significativa, provavelmente devido à falta da capacidade de obter retornos maiores por segmento de clientes.

Eles Concluíram que eficiência dos bancos nacionais foi melhor que a dos estrangeiros, destacando, Bradesco e Itaú, os dois maiores bancos privados que tiveram participação ativa nas fusões bancárias.

Silva *et tal* (2009) analisaram a aquisição do banco ABN AMRO, pelo Santander, grupo espanhol que vem com grandes objetivos para sua participação no Brasil. O objetivo da pesquisa foi de analisar as formas de relacionamento que podem ocorrer entre as organizações que decidem unir-se seja através de fusões ou aquisições.

O resultado da análise apresentou se como uma fusão horizontal e tradicional, devido à mesma ter ocorrido devido à necessidade de expansão do mercado. Finalmente, os resultados foram positivos ao se avaliar os aspectos financeiros, jurídicos e culturais, ao observar que o banco santander conquistou um crescimento notável após a realização da reestruturação. O que se observou como negativo, segundo o autor, para a criação de uma nova cultura organizacional, foram as demissões ocorridas em torno de 400 funcionários. Sem motivos, até porque o Santander não foi afetado pela crise (ÉPOCA, 2009).

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente capítulo aborda primeiramente os bancos Itaú e Unibanco no ano de 2007, para melhor compreensão e comparação do resultado oriundo da fusão já que este foi o último ano em que as duas empresas lançaram suas demonstrações contábeis separadas.

Em seguida, calculam-se os indicadores e Critérios de Análise dos bancos, comparando com os anos de 2008 e 2009, após a fusão e conseqüentemente formação da nova empresa Itaú Unibanco Holding S.A.

E finalmente, os resultados do estudo e os reflexos causados nos indicadores econômicos e financeiros da nova instituição.

3.1 ITAÚ E UNIBANCO - ANÁLISE DOS INDICADORES NO ANO DE 2007

Com intuito de se desenvolver uma aplicação prática de cálculo dos indicadores de análise do Itaú e Unibanco, consideram-se os demonstrativos financeiros publicados em moeda constante em anexo do Itaú Holding S.A. e Unibanco – União de bancos S.A. de 2007. O presente estudo basea-se no modelo de Assaf Neto (2007) para análise das demonstrações financeiras de bancos. As informações contábeis foram retiradas dos Balanços Patrimoniais e das Demonstrações dos Resultados de exercício, anexados a este trabalho.

Os cálculos dos índices de Solvência e Liquidez servem para identificar os recursos próprios de uma instituição oferecidos a risco. Este índice abrange as dimensões patrimoniais da instituição financeira, comparando se o Ativo com Passivo, porém para no entendimento de Assaf Neto (2007) a determinação do nível mais adequado de liquidez de um banco, é uma tarefa complicada, requer uma avaliação mais ampla. Deve considerar-se influencias como o grau de maturidade, qualidade e negociabilidade dos elementos patrimoniais, normalmente não encontrado nos demonstrativos contábeis publicados.

O encaixe voluntário identifica a capacidade financeira imediata de um banco em cobrir saques contra depósitos à vista na data do encerramento do exercício social. Não produz rendimento financeiro a instituição.

2007	Itaú	Unibanco
Disponibilidade	4.287.879	1.349.160
Depósito á vista	26.729.041	10.148.091
Encaixe Voluntário	0,160	0,133

Quadro 1: Cálculo do Encaixe Voluntário (em milhares de reais)

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial do Itaú e Unibanco em 2007

O quadro 1 representa o encaixe voluntário do banco Itaú e do Unibanco no ano de 2007.

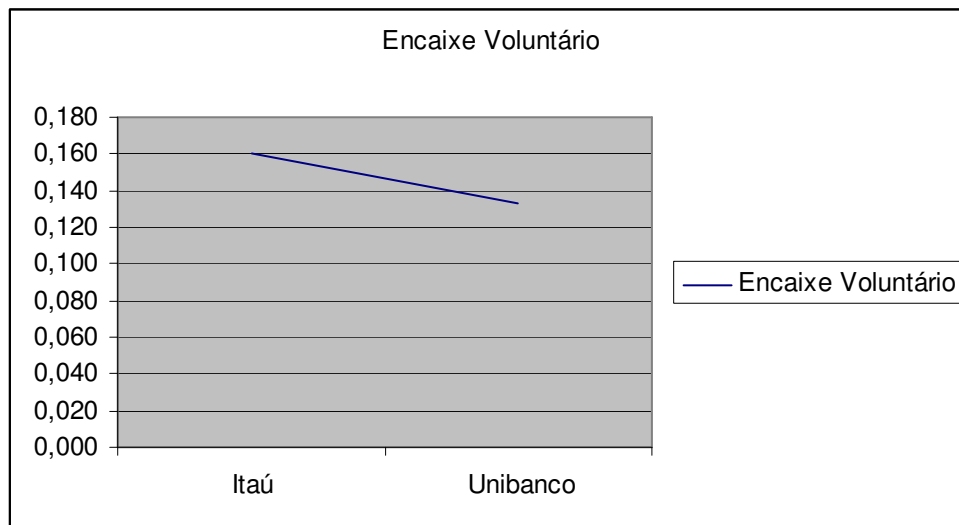


Gráfico 1: Comparação do Encaixe Voluntário do Itaú e Unibanco em 2007.

Fonte: Dados do balanço patrimonial do Itaú e Unibanco de 2007

Nota-se que o encaixe Financeiro encontra-se relativamente baixo. Segundo Assaf Neto (2007), explica-se a essa situação, a criação de alternativas dos bancos para evitar saldos altos nessas contas que não trazem rendimento financeiro a instituição. Um exemplo são os investimentos de liquidez a curto e curtíssimo prazo, normalmente um dia.

A Liquidez imediata inclui as disponibilidades do banco e suas aplicações financeiras negociáveis a qualquer momento.

2007	Itaú	Unibanco
Disponibilidades	4.287.879	1.349.160
Aplicações interfinanceiras de Liquidez	55.115.646	36.437.215
Depósito a vista	17.984.007	10.148.091
Liquidez Imediata	3,30	3,72

Quadro 2: Cálculo da Liquidez Imediata (em milhares de reais)

Fonte: Adaptado balanço patrimonial do Itaú e Unibanco de 2007

O quadro 2 demonstra as contas necessárias para o cálculo da Liquidez Imediata dos bancos Itaú e Unibanco no ano de 2007. Demonstra que o resultado é favorável e que as instituições possuem recursos suficientes para cobrir integralmente os depósitos a vista e parte dos depósitos a prazo.

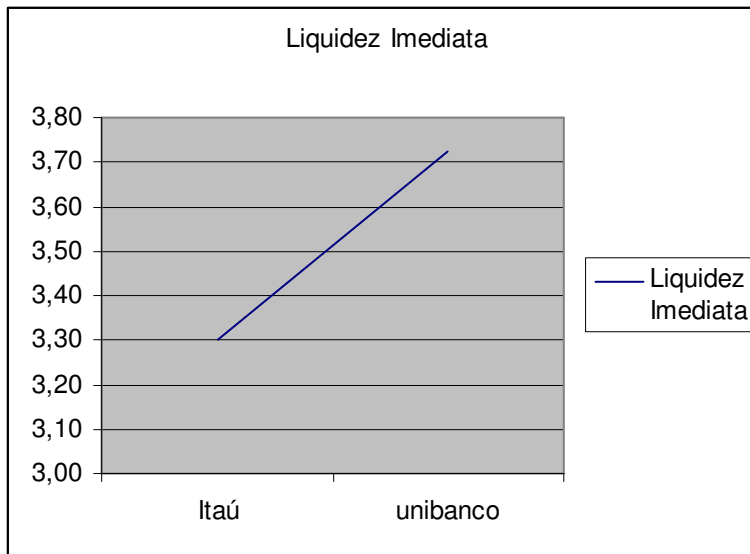


Gráfico 2: Comparação da Liquidez Imediata do Itaú e Unibanco em 2007

Fonte: Dados do balanço Patrimonial do Itaú e Unibanco de 2007

No gráfico 2 destaca-se a posição do Unibanco em relação ao Itaú, a liquidez imediata neste ano sendo que a variação é de 12% superior para o Unibanco.

O Índice de Empréstimos/Depósitos revela que para cada R\$ 1,00 de capital emprestado pela Instituição, quanto foi sob a forma de depósitos.

2007	Itaú	Unibanco
Operações de Crédito	69.932.933	29.640.839
Depósito	74.928.259	13.144.648
Empréstimos/Depósitos	0,93	2,25

Quadro 3: Cálculo do Empréstimos/Depósitos (em milhares de reais)

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial do Itaú e Unibanco de 2007

Nota - se no quadro 3 que os bancos principalmente o Unibanco, utiliza grande parte dos recursos de depósito para empréstimos, o que pode se preocupante em caso de grandes saques da conta de seus depositantes. Apesar de que quanto maior a participação de empréstimos, maior a receita de juros para a Instituição.

O Itaú com índice menor, não representa uma preocupação, estando dentro do limite de segurança.

Já o capital de Giro Próprio indica quanto dos recursos próprios do banco que se encontram financiando as operações ativas. Serve como parâmetro de segurança, para identificar a folga financeira financiada com patrimônio líquido.

2007	Itaú	Unibanco
Patrimônio Líquido	28.969.086	11.837.304
Ativo Permanente	3.896.456	2.323.599
Capital de Giro Próprio	25.072.630	9.513.705

Quadro 4: Cálculo do capital de giro próprio (em milhares de reais)

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial do Itaú e Unibanco de 2007

De acordo com o quadro 4, pode se verificar que os dois bancos trabalham com grande folga financeira financiada pelo patrimônio Líquido, revelando total segurança. Sendo que o capital de Giro do Itaú é 62% maior em relação ao Unibanco.

A participação dos empréstimos evidencia o percentual do ativo total do banco que se encontra em operações de empréstimos.

2007	Itaú	Unibanco
Operações de Crédito	69.932.933	29.640.839
Ativo Total	294.876.251	149.596.947
Participação dos Empréstimos %	0,24	0,20

Quadro 5: Cálculo da Participação de Empréstimos (em milhares de reais)

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial do Itaú e Unibanco de 2007

Percebe-se através do quadro 5 que o Itaú, procura operar em média com 24% de seu ativo total em empréstimos, já o Unibanco com 20%. Provavelmente porque os empréstimos são ativos de baixa liquidez, não podendo ser negociados até o momento de seu vencimento. Valores muito elevados de empréstimos em relação aos ativos poderiam causar baixa liquidez na instituição.

3.1.1 Capital e Risco

Na análise de Capital e Risco de uma instituição Financeira são utilizados alguns índices que buscam identificar o volume adequado de capital próprio. As atividades de um banco são muito sensíveis às condições econômicas, à política monetária e ao comportamento

das taxas de juros, sofrendo constantes alterações. Portanto, o capital próprio de uma instituição depende do risco assumido, devendo ser adequado para cobrir possíveis perdas.

2007	Itaú	Unibanco
Ativo permanente	3.896.456	2.323.599
Patrimônio Líquido	28.969.086	11.837.304
Ativo Total	294.876.251	149.596.947
Depósitos (Passivo)	74.928.259	32.497.896
Independência Financeira %	0,10	0,08
Leverage %	10,18	12,64
Relação Capital/Depositantes %	0,39	0,36
Imobilização do capital Próprio %	0,13	0,20

Quadro 6: Cálculo dos Índices de Capital e Risco (em milhares de reais)

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial do Itaú e Unibanco de 2007

O banco Itaú e o Unibanco operam com baixa participação de capital próprio, como mostra o quadro 6. Em média, nos anos estudados entre o Itaú 10% e o Unibanco 8% . Esta estrutura permite que as instituições financeiras possam alavancar seus resultados.

O leverage reflete essa alavancagem. No caso das instituições estudadas, o indicador demonstra que o ativo Itaú é 10,18 vezes maior que seus recursos próprios e que para cada 1% de rentabilidade dos ativos, os proprietários ficam com retorno 10,18%, Destaque significativo para o Unibanco com 12,64%.

Ao índice que relaciona capital com depositantes, indica que a cada R\$ 1,00 de recurso de terceiros captado pela instituição, seus proprietários aplicaram R\$ 0,36 no Unibanco e 0,39 no Itaú. O que aparentemente seria uma confirmação de dependência financeira de capital de terceiros, pode não apresentar através do Índice imobilização do capital próprio.

O Itaú fechou suas demonstrações com Patrimônio Líquido de 28.969.086 o que é suficiente para cobrir o Ativo Permanente de 3.896.456, e parte do circulante. Confirmando que não é dependente de capital de terceiros.

A taxa de Reinvestimento do lucro revela a realização interna de um caixa de um banco, ou seja, indica o incremento de capital próprio do banco mediante a retenção de seus resultados.

2007	Itaú	Unibanco
Lucro Líquido	8.473.604	3.447.825
Dividendos	2.544.000	1.158.000
Patrimônio Líquido	28.969.086	11.837.304
Taxa de Reinvestimento do Lucro	0,20	0,19

Quadro 7: Cálculo do Reinvestimento do Lucro (em milhares de reais)

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial do Itaú e Unibanco de 2007

Na conta Dividendos foi considerado a adição com os Juros sobre o capital próprio, lançado nas demonstrações contábeis do Itaú em conjunto, por questões fiscais.

Observa-se de acordo com o quadro 7, que uma parcela muito pequena do resultado líquido dos bancos está sendo reinvestida em suas operações. O que destaca se é o pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio. A parcela mínima destinada para dividendos, segundo a Lei das Sociedades Anônimas é de 25% do lucro líquido e pode-se observar que os bancos em estudo pagam valores superiores, 33% o Unibanco e 30%o Itaú. Uma forma de mostrar e bonificar os acionistas do resultado do banco.

3.1.2 Rentabilidade e Lucratividade

Contempla os recursos captados que é a matéria primas das instituições financeiras, que são negociadas principalmente sob a forma de créditos e empréstimo concedidos e investidos. Adequando uma relação de risco e retorno para conceder resultados positivos para os acionistas.

2007	Itaú	Unibanco
Lucro Líquido	8.473.604	3.447.825
Patrimônio Líquido	28.969.086	11.837.304
Ativo Total	294.876.251	149.596.947
Receita de intermediação Financeira %	32.129.740	17.252.001
Retorno Sobre o Patrimônio Líquido %	0,29	0,29
Retorno sobre o Investimento Total %	0,03	0,02
Margem Líquida %	0,90	0,69

Quadro 8: Cálculo dos Índices Básicos de Rentabilidade (em milhares de reais)

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial do Itaú e Unibanco de 2007

O retorno sobre o Patrimônio líquido, de acordo com o quadro 8, reflete que os proprietários no período estudado obtiveram 29 %, de retorno sobre a margem de lucro a eficiência operacional, do *leverage* e do planejamento eficiente dos negócios tratando se de um ótimo desempenho.

O Itaú no ano de 2007 foi marcado por um significativo aumento no retorno sobre o Patrimônio Líquido e na margem líquida principalmente. A este resultado o Itaú teve a contribuição da alienação de parte da participação acionária na Serasa, na Redecard, na Bovespa Holding e na Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F, contribuindo com R\$ 1.854

milhões - após os efeitos fiscais - para o lucro líquido do período e elevando em R\$ 6.011 milhões lucro/ (prejuízo) não realizado em resultado (ITAU, 2010).

O retorno sobre os Investimentos mostra que o Itaú e o Unibanco souberam aproveitar-se das oportunidades de negócios acionadas, sabendo gerenciar sua lucratividade dos ativos e juros passivos.

Os índices demonstram que os bancos operam com significativa margem Líquida 26% no Itaú e 20% no Unibanco, sabendo fazer a gestão de seus ativos e passivos.

2007	Itaú	Unibanco
Ativo Total	294.876.251	149.596.947
Resultado bruto da Intermediação Financeira	15.476.486	8.353.711
Depósito a Prazo	17.294.464	10.564.292
Despesas Financeiras de captação de mercado	-9.444.942	-5.126.596
Receitas Financeiras de Operações de Crédito	21.054.632	10.163.073
Operações de Crédito	69.932.933	29.640.839
Receita de Intermediação Financeira	32.129.740	17.252.001
Despesa de intermediação Financeira	-11.158.359	-8.898.290
Passivo Total	294.876.251	149.596.947
Margem Financeira %	0,05	0,06
Custo Médio da captação %	-0,55	-0,49
Retorno Médio das operações de crédito %	0,30	0,34
Lucratividade dos Ativos %	0,11	0,12
Juros passivos %	-0,04	-0,06

Quadro 9: Cálculo dos Índices de Rentabilidade e Spread (em milhares de reais)

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial do Itaú e Unibanco de 2007

Através dos cálculos de Rentabilidade e Lucratividade, conforme o quadro 9 pode-se observar que a principal fonte de retorno dos bancos é o Spread nas operações de crédito. No caso do Itaú em 2007 foi de 88% e do Unibanco 83%.

Com a crise financeira mundial os bancos tiveram que reduzir sensivelmente seu spread praticado, para adequar-se a todas as mudanças ocorridas no mercado. Principalmente a queda da taxa básica de juros (SELIC) praticada pelo governo brasileiro. Apesar de continuar bastante alta e ser uma das maiores do mundo.

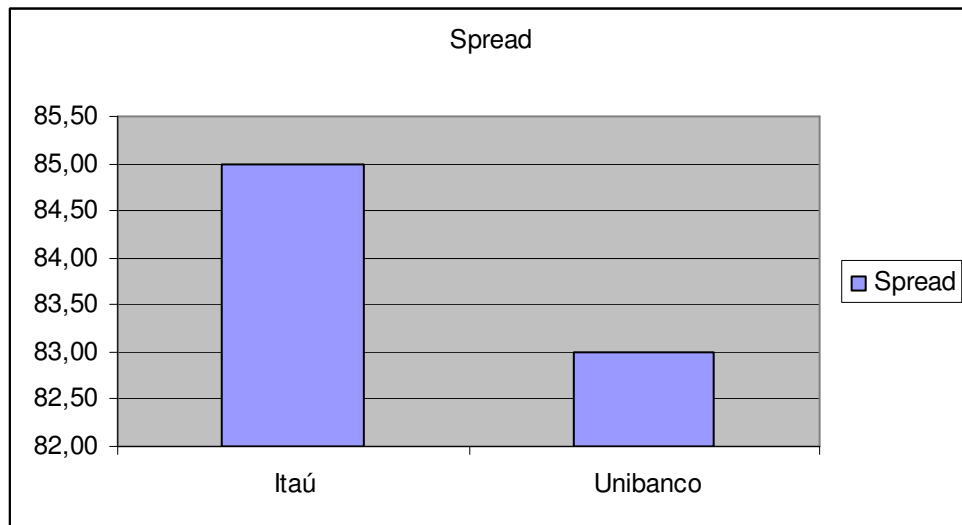


Gráfico 3: Gráfico comparativo do Spread praticado nos bancos Itaú e Unibanco

Fonte: Cálculo do Spread através dos dados do balanço patrimonial

Verificando-se o Índice de eficiência que relaciona as despesas operacionais com as receitas de intermediação financeira, entende-se que a produtividade das duas instituições financeiras é bastante elevada.

2007	Itaú	Unibanco
Despesas operacionais	-4.431.014	-4.257.059
Receitas de Intermediação financeira	32.129.740	17.252.001
Índice de Eficiência	-0,14	-0,25

Quadro 10: Cálculo do Índice de Eficiência (em milhares de reais)

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial do Itaú e Unibanco de 2007

Pode-se definir a esta produtividade aos investimentos principalmente em tecnologia e a toda a trajetória de crescimento sustentado.

3.2 ASSOCIAÇÃO ENTRE O ITAÚ E UNIBANCO

No dia 3 de novembro de 2008, os controladores da Itaúsa e da Unibanco Holding comunicaram ao mercado a fusão de suas operações financeiras. Tornando-se neste momento o maior conglomerado financeiro privado do Hemisfério Sul e um dos 20 maiores bancos do mundo (ITAÚ, 2010).

De acordo com o fato relevante da fusão, a associação entre o Itaú e o Unibanco resultou na migração dos atuais acionistas do Unibanco Holding S.A. ('Unibanco Holding') e Unibanco (União de bancos Brasileiros), através da incorporação de ações para uma companhia aberta denominada Itaú Unibanco Holding S.A, atual banco Itaú Holding Financeira S.A. (Itaú Unibanco Holding S.A). Sendo que o controle, desta nova empresa, está dividido entre a Itaúsa (investimentos Itaú S.A.) e os Controladores da Unibanco Holding.

As ações dos Unibanco e da Unibanco Holding, as Units e as ações do Banco Itaú Holding foram substituídas por ações do Itaú Unibanco Holding, com base na cotação média de mercado na Bovespa nos últimos 45 pregões.

Valor Mobiliário	Relação de Troca
ON UNIBANCO (UBBBR3)	1,1797=1
ON UNIBANCO HOLDINGS(UBHD3)	1,1797=1
UNIT (UBBR11)	1,7391=1
PN UNINANCO (UBBR4)	3,4782=1
PN UNINANCO HOLDINGS (UBHD6)	3,4782=1
GDRs(UBB)	0,17391=1

Quadro 11: Quantidade se ações do Unibanco e da Unibanco Holding para cada ação do Itaú Unibanco Holding.

Fonte: Fato Relevante da Fusão, 2008.

O quadro mostra à relação de troca de cada ação das empresas relacionadas em proporção as ações da Itaú Unibanco Holding. De acordo com o sítio eletrônico do Itaú Unibanco a emissão de ordinárias e preferências totalizou R\$ 1.120.896 mil ações, equivalente a 27,4% da quantidade total de ações do Itaú Unibanco Holding.

O *homepage* ainda contempla a posição financeira das duas empresas em relação à Holding constituída com a seguinte posição em 30 de setembro de 2008:

R\$ bilhões

Posição em 30 de setembro de 2008	Itaú	Unibanco	Itaú Unibanco Holding
Ativos	396,6	178,5	575,1
Empréstimos Totais (sem avais e fianças)	151,0	74,3	225,3
Depósitos + Debêntures	162,7	72,4	235,1
Patrimônio Líquido (PL)	32,1	12,9	51,7
Patrimônio Líquido acumulado (jan. a set)	5,9	2,20%	8,1
ROE (sobre o PL)	26,30%	24,40%	
Ativos sob Administração	209,4	55,6	265,0
Valor de Mercado	69,1	18,8	

Quadro 12: Posição Financeira Itaú, Unibanco e Itaú Unibanco Holding em 30 de setembro 2010.

Fonte: adaptado Fato Relevante, homepage Itaú Unibanco, 2008.

No *website* da referida instituição explica que a diferença do patrimônio Líquido na figura deve se a transferência das operações do Itaú Europa, da Itaúsa para o Itaú Unibanco Holding, considerando os efeitos fiscais. Já o valor de Mercado considera a cotação de suas ações em 21 de outubro de 2008.

Através do quadro 12, pode-se observar os principais indicadores dos dois bancos isoladamente e após a união, representado no Itaú Unibanco Holding. Este último apenas considerando a adição das duas instituições, sem considerar as mudanças ocorridas, positivas ou negativas.

3.3 ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A – ANÁLISE DOS INDICADORES DE 2008 E 2009

A análise dos índices do Itaú Unibanco Holding S.A., será dos anos de 2008 e 2009. A Fusão ocorreu em outubro de 2008, porém o Unibanco só lançou suas demonstrações contábeis apenas até o terceiro trimestre. As demonstrações anuais foram divulgadas em conjunto com o Banco Itaú Unibanco Holding S.A. Conforme a Lei das Sociedades por Ações incluindo as alterações introduzidas na Lei nº11.638 de 2007.

Para Matarazzo (2003) o objetivo da análise vertical é mostrar a importância de cada conta em relação á demonstração financeira a que pertence, e através da comparação das

contas em relação a outras empresas do mesmo segmento ou de anos anteriores, averiguar se há contas fora da conformidade.

Através do encaixe Voluntário pode-se observar, como no Itaú e Unibanco, que a nova instituição apresenta capacidade financeira imediata para cobrir saques contra depósitos à vista. O volume não é elevado, mas segundo Assaf Neto (2007), valores elevados de encaixe voluntário promovem segurança mais podem comprometer aplicações rentáveis em empréstimos e financiamentos.

Itaú Unibanco Holding	2008	2009
Disponibilidade	15.847.047	10.594.442
Depósito á vista	26.932.947	24.836.767
Encaixe Voluntário	0,59	0,43

Quadro 13: Cálculo do Encaixe Voluntário (em milhares de reais)

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial do Itaú Unibanco holding S.A

O Cálculo da Liquidez imediata demonstra que a Holding tem alta liquidez e solidez financeira que garante o pagamento de obrigações com terceiros. Bem como capacidade para cobrir os depósitos á vista e parte dos depósitos a prazo.

Itaú Unibanco Holding	2008	2009
Disponibilidades	15.847.047	10.594.442
Aplicações interfinanceiras de Liquidez	120.269.009	133.011.522
Depósito a vista	26.932.947	24.836.767
Liquidez Imediata	5,05	5,78

Quadro 14: Cálculo da Liquidez imediata (em milhares de reais)

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial do Itaú Unibanco holding S.A

No quadro 17 entende-se que para cada R\$ 1,00 que a instituição tem de obrigações, possui aproximadamente R\$ 5,00, para cobrir compromissos financeiros em decorrência de prazos e possíveis desencaixes.

Itaú Unibanco Holding	2008	2009
Operações de Crédito	147.156.032	140.671.375
Depósito	125.327.596	121.937.743
Empréstimos/Depósitos	1,17	1,15

Quadro 15: Cálculo do índice Empréstimos/Depósitos (em milhares de reais)

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial do Itaú Unibanco holding S.A

Já o índice de Empréstimos/Depósitos, de acordo com o quadro 15, revela a dependência de capital de terceiros. Para cada R\$1,00 emprestado pela instituição entre R\$ 1,15 e 1,17 são sob a forma de depósitos. Porém, contribuindo para aumentar a receita com juros.

Itaú Unibanco Holding	2008	2009
Patrimônio Líquido	43.664.036	50.683.423
Ativo Permanente	10.425.570	10.294.919
Capital de Giro Próprio	33.238.466	40.388.504

Quadro 16: Cálculo do capital de Giro Próprio (em milhares de reais)

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial do Itaú Unibanco holding S.A

O capital de Giro próprio, objetiva garantir meios financeiros para as operações. Como medida de segurança o Itaú Unibanco Holding, opera com valores expressivos, o que garante sua folga financeira. A evolução de 2008 para 2009 foi de 21%.

Itaú Unibanco Holding	2008	2009
Operações de Crédito	147.156.032	140.671.375
Ativo Total	637.202.225	608.273.230
Participação dos Empréstimos%	0,23	0,23

Quadro 17: Cálculo da Participação de Empréstimos (em milhares de reais)

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial do Itaú Unibanco holding S.A

Nos anos de 2008 e 2009 a média de participação de empréstimos foi de 23% sobre o ativo total. A instituição determina parâmetros para proteger-se contra as perdas através da análise de fornecimento de crédito que levam em conta para cada operação avaliação e classificação do cliente e grupo econômico. Sem contar as provisões para devedores duvidosos, com base no histórico da instituição. Bem como o momento e o cenário econômico vivenciado.

Itaú Unibanco Holding	2008	2009
<i>Ativo permanente</i>	10.425.570	10.294.919
Patrimônio Líquido	43.664.036	50.683.423
Ativo Total	637.202.225	608.273.230
Depósitos (Passivo)	125.327.596	121.937.743
Independência Financeira %	0,07	0,08
Leverage %	14,59	12,00
Relação Capital/Depositantes %	0,35	0,42
Imobilização do capital Próprio %	0,24	0,20

Quadro 18: Cálculo dos Índices de Capital e Risco (em milhares de reais)

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial do Itaú Unibanco holding S.A

Percebe-se também que a gestão do Itaú Unibanco Holding é feita de forma a maximizar a relação de risco e retorno, mantendo o patamar adequado do risco assumido em seus negócios, e assim, podendo cobrir possíveis perdas que possam ocorrer. Fatores como taxa de juros, aumento ou redução de consumo, inflação e inadimplência no mercado, são fatores considerados.

Em relação à imobilização do capital próprio, pelos valores apresentados, tem-se que seu patrimônio é suficiente para lastrear financeiramente as aplicações no ativo permanente.

Itaú Unibanco Holding	2008	2009
Lucro Líquido	7.803.483	10.066.608
Dividendos	2.852.000	3.472.000
Patrimônio Líquido	43.664.036	50.683.423
Taxa de Reinvestimento do Lucro	0,11	0,13

Quadro 19: Cálculo da taxa de Reinvestimento do Lucro (em milhares de reais)

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial do Itaú Unibanco holding S.A

No quadro 19 verifica-se que o percentual do lucro reinvestido é de 11% e 13%, respectivamente em 2008 e 2009, não se tratam de valores expressivos, porém, mostra a capacidade da instituição em financiar variação em seus ativos por meio de recursos próprios.

Vale ressaltar o pagamento de dividendos em torno de 34% em 2009 e 36% em 2008, confirmando a informação de que a gestão do banco é voltada para criação de valor a seus acionistas.

	de Proventos Pagos		Dividendos + JCP Líquido / Lucro Líquido Consolidado	Valor Líquido por Ação (R\$)
	(R\$ milhões)			
	Nominal	Líquido		
2009	3.977	3.472	34,50%	R\$ 0,79
2008	3.205	2.852	36,50%	R\$ 0,80
2007	2.830	2.544	30,00%	R\$ 0,85
2006	2.212	1.923	44,60%	R\$ 0,64
2005	1.852	1.585	30,20%	R\$ 0,57
2004	1.372	1.172	31,00%	R\$ 0,41
2003	1.108	942	29,90%	R\$ 0,33
2002	829	704	29,60%	R\$ 0,25
2001	808	686	29,10%	R\$ 0,25
2000	629	534	29,00%	R\$ 0,19
1999	602	512	27,40%	R\$ 0,17
1998	343	292	33,20%	R\$ 0,10

Quadro 20: Distribuição de Dividendos e Juros sobre o capital próprio nos últimos 12 anos.

Fonte: Relatório de Sustentabilidade Itaú Unibanco 2009

Itaú Unibanco Holding	2008	2009
Lucro Líquido	7.803.483	10.066.608
Patrimônio Líquido	43.664.036	50.683.423
Ativo Total	637.202.225	608.273.230
Receita de intermediação Financeira	56.431.023	76.727.739
Retorno Sobre o Patrimônio Líquido %	0,18	0,20
Retorno sobre o Investimento Total %	0,01	0,02
Margem Líquida %	0,14	0,13

Quadro 21: Cálculo dos Índices básicos de rentabilidade (em milhares de reais)

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial do Itaú Unibanco holding S.A

Os índices de rentabilidade e Lucratividade evidenciam o grau de êxito econômico obtido pelo capital investido na instituição.

A margem de lucro mostra o potencial de geração de lucro, em função do faturamento. Observa-se que a margem de lucro do Itaú Unibanco Holding é em torno de 13 a 14%.

O retorno sobre o patrimônio Líquido analisa o quanto o banco ganhou de lucro por cada real da capital próprio Investido.

Itaú Unibanco Holding	2008	2009
<i>Ativo Total</i>	637.202.225	608.273.230
<i>Resultado bruto da Intermediação Financeira</i>	10.421.761	31.981.410
<i>Depósito a Prazo</i>	55.442.244	45.985.522
Despesas Financeiras de captação de mercado	-26.830.246	-26.296.868
<i>Receitas Financeiras de Operações de Crédito</i>	37.891.596	47.476.820
Operações de Crédito	147.156.032	140.671.375
Receita de Intermediação Financeira	56.431.023	76.727.739
Despesa de intermediação Financeira	-30.581.022	-30.581.022
Passivo Total	637.202.225	608.273.230
Margem Financeira %	0,02	0,05
Custo Médio da captação %	-0,48	-0,57
Retorno Médio das operações de crédito %	0,26	0,34
Lucratividade dos Ativos %	0,09	0,13
Juros passivos %	-0,05	-0,05

Quadro 22: Cálculo dos Índices de Rentabilidade e Spread (em milhares de reais)

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial do Itaú Unibanco holding S.A

A margem financeira foi afetada nos anos analisados pela desvalorização do real em relação às moedas estrangeiras, no ano de 2008. Sendo que, muitas operações do Itaú Unibanco Holding são praticadas em moeda estrangeira e as demonstrações contábeis também englobam as operações no exterior. Já o Spread nesse período foi de 74% em 2008 e 91% em 2009 sobre as operações. Neste momento de crise, o banco focou no aumento de suas linhas de crédito principalmente no crédito imobiliário e financiamento de veículos, aproveitando os incentivos do governo para aumento do consumo.

Itaú Unibanco Holding	2008	2009
Despesas operacionais	-11.123.239	-12.364.637
Receitas de Intermediação financeira	56.431.023	76.727.739
Índice de Eficiência	-0,20	-0,16

Quadro 23: Cálculo do Índice de Eficiência (em milhares de reais)

Fonte: Adaptado do balanço patrimonial do Itaú Unibanco holding S.A

No quadro 23 tem-se o índice de eficiência que considera as possíveis perdas resultantes de falhas operacionais, inadequação de processos internos ou eventos externos. Entende-se que nos anos estudados a produtividade da instituição foi favorável e a sofisticação nos processos auxiliou este resultado.

3.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS ANTES E APÓS FUSÃO

O objetivo deste trabalho é analisar os indicadores econômicos e financeiros dos bancos Itaú e Unibanco antes e após a fusão. A tabela a seguir contém todos os índices necessários para avaliar os reflexos causados.

<i>Ano</i>	<i>2007</i>	<i>2007</i>	<i>2008-2009</i>	
Índices	Itaú	Unibanco	Itaú	Unibanco Holding
Encaixe Voluntário	0,16	0,133	0,59	0,43
Liquidez Imediata	3,3	3,72	5,05	5,78
Empréstimos/Depósitos	0,93	2,25	1,17	1,15
Participação dos Empréstimos %	0,24	0,20	0,23	0,23
Independência Financeira%	0,10	0,08	0,07	0,08
Leverage %	10,18	12,64	14,59	12,00
Relação Capital/Depositantes %	0,39	0,36	0,35	0,42
Imobilização do capital Próprio %	0,13	0,2	0,24	0,20
Taxa de Reinvestimento do Lucro	0,20	0,19	0,11	0,13
Retorno Sobre o Patrimônio Líquido %	0,29	0,29	0,18	0,20
Retorno sobre o Investimento Total %	0,03	0,02	0,01	0,02
Margem Líquida %	0,90	0,69	0,14	0,13
Margem Financeira %	0,05	0,06	0,02	0,05
Custo Médio da captação %	-0,55	-0,49	-0,48	-0,57
Retorno Médio das operações de crédito %	0,30	0,34	0,26	0,34
Lucratividade dos Ativos %	0,11	0,12	0,09	0,13
Juros passivos %	-0,04	-0,06	-0,05	-0,05
Índice de Eficiência	-0,14	-0,25	-0,20	-0,16
Capital de Giro Próprio	25.072.630	9.513.705	332.38.466	403.88.504

Quadro 24: Tabela comparativa dos índices de análise das Instituições Financeiras, segundo Assaf Neto (2007) dos bancos Itaú e Unibanco antes da fusão e do Itaú Unibanco Holding após a Fusão.

Fonte: Cálculo dos Índices econômicos e financeiros dos bancos em estudo

Analisando e comparando os índices das empresas antes e após a fusão, observa-se um expressivo crescimento. Significando não apenas a adição de duas empresas, mais sim a evolução que juntas puderam buscar.

Nos índices de Liquidez Imediata o crescimento em relação ao Itaú foi de 60% e do Unibanco 68%, considerando a média dos anos de 2008 e 2009 do Itaú Unibanco Holding S.A

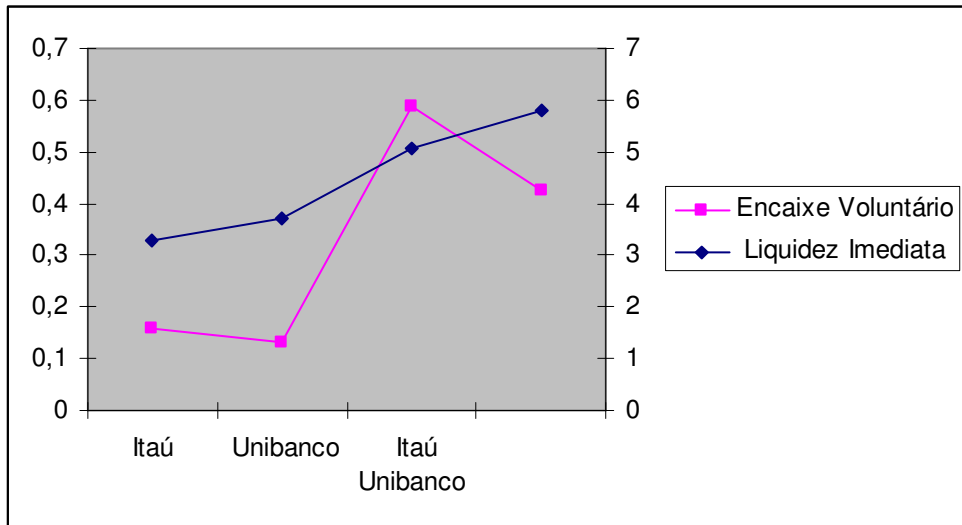


Gráfico 4: Comparativo da evolução do Encaixe Voluntário e Liquidez Imediata
 Fonte: Índices de Encaixe Voluntário e Liquidez Imediata

O gráfico especifica a evolução do Encaixe voluntário e da Liquidez Imediata. Com a fusão a capacidade financeira das duas instituições evoluiu significativamente, bem como a possibilidade de cobrir seus depósitos a vista e a prazo.

Em relação a participação dos empréstimos em relação ao Ativo total e aos depósitos, observa-se que a política de crédito continua próxima ao que os dois banco propunham anteriormente. O Unibanco cresceu 15% e o Itaú reduziu 4% do Ativo total aplicado em empréstimos.

Já em relação aos depósitos, o Unibanco operou em 2007 com cada R\$ 1,00, R\$ 2,25 era proveniente de depósitos. O que pode causar uma diminuição na capacidade do banco em atender eventuais saques da conta de seus depositantes.

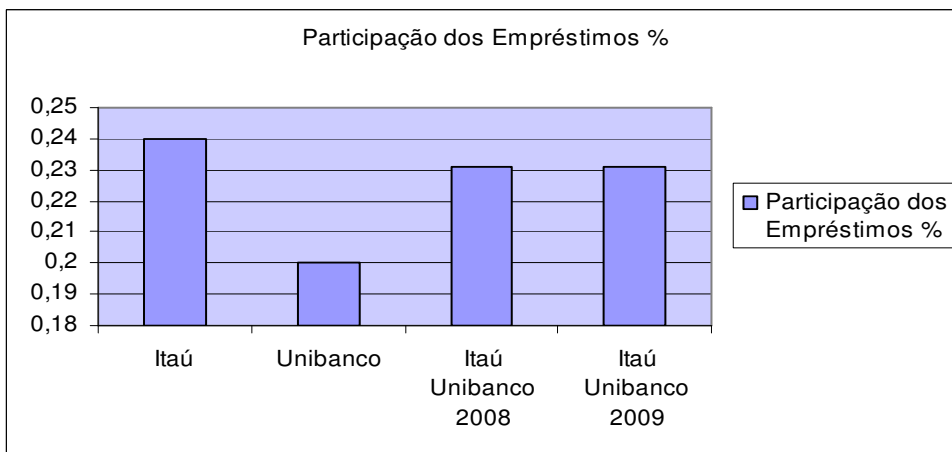


Gráfico 5: Comparativo da participação de Empréstimos.
 Fonte: Índice de participação em empréstimos

No Itaú Unibanco Holding a média para cada R\$ 1,00 é de aproximadamente R\$1,16, como mostra o Gráfico 6. Provavelmente esse aumento foi ocasionado pela crise financeira mundial e pela escassez de crédito no mercado, fazendo com que os bancos tenham que se adequar. Até porque um incremento na taxa de Depósitos/Empréstimos pode ser perigoso nos casos de retiradas dos depositantes, porém, é uma fonte de aumento de receita com juros.

Tratando dos Indicadores de análise de capital a independência Financeira manteve-se muito próxima do que os bancos individualmente operavam. O Itaú que possuía a participação maior operava com cerca de 10% de capital próprio. Hoje a Holding opera entre 7% e 8%, alavancando assim seus resultados.

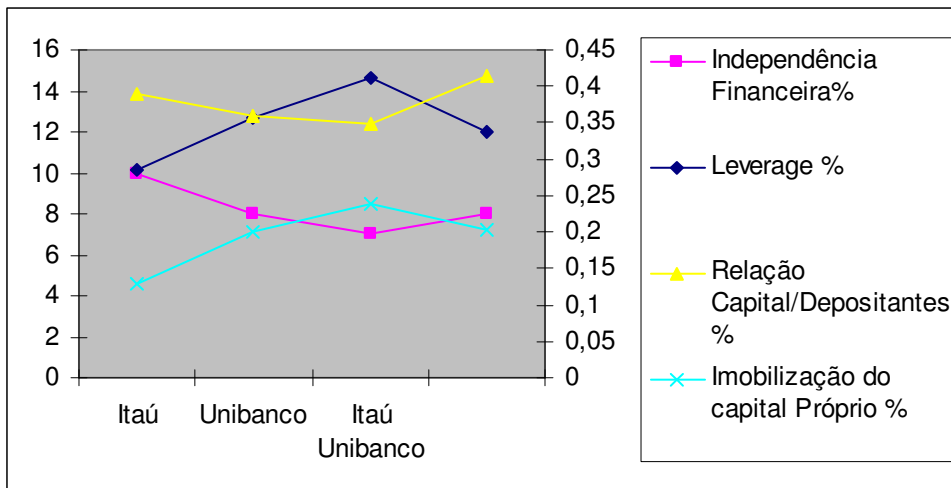


Gráfico 6: Evolução dos Indicadores de Análise de capital

Fonte: Índices de Independência Financeira, Leverage, Relação Capital /depositantes e Imobilização do Capital Próprio.

O gráfico 6 demonstra a evolução dos Indicadores de capital e Risco. O leverage indica que o ativo da Itaú Unibanco Holding S.A. é em média 13,30% maior que seus recursos próprios. Detalhe que o leverage do holding é 30% maior do que o Itaú isoladamente.

Para Matarazzo (2003) as aplicações dos recursos do patrimônio Líquido são exclusivamente do Ativo permanente e do Ativo Circulante. Se a empresa investir muito no ativo permanente, poucos recursos sobrarão para o Circulante, resultando na dependência a capital de terceiros para o financiamento do ativo circulante.

A imobilização do capital próprio significa que para cada R\$100,00 do patrimônio Líquido, o Itaú possuía R\$ 13,00 aplicados no Ativo Permanente e o Unibanco R\$20,00. Após a fusão este número aumentou para R\$24,00 em 2008 e R\$20,00 em 2009. O ideal é que a

Instituição tenha Patrimônio Líquido suficiente para cobrir o ativo permanente e ainda parte do circulante, é o caso dos bancos estudados.

A Evolução da imobilização do capital próprio do banco Itaú para o Itaú Unibanco holding S.A., foi de 40% o que significa que aumentou o investimento em ativo permanente.

Já a taxa de Reinvestimento do Lucro passou a ser menor após a fusão. Em média 12%, sendo que no Itaú o percentual era de 20% e no Unibanco 19%. Esta ocorrência pode ter ocorrido pelo aumento da distribuição de Dividendos e Juros sobre o capital próprio passando de 30% em 2007, para 34% em 2008 e 36% em 2009 no Itaú.

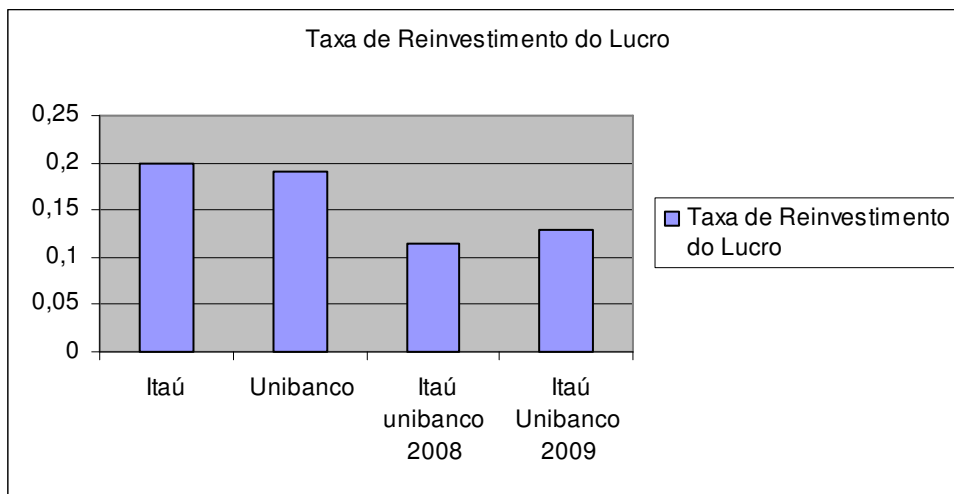


Gráfico 7: Evolução da taxa de Reinvestimento do Lucro

Fonte: Índice da Taxa de Reinvestimento do Lucro

O retorno sobre o patrimônio Líquido demonstra que o resultado auferido pelos proprietários esta menor em consequência das margens de Lucro.

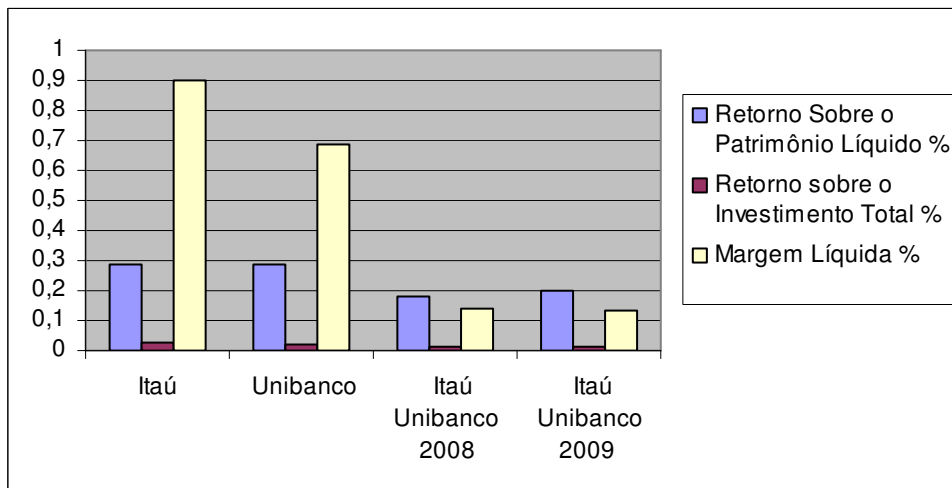


Gráfico 8: Evolução dos índices básicos de rentabilidade

Fonte: Índices de Retorno Sobre o Patrimônio Líquido, Retorno sobre o Investimento Total e Margem Líquida

De acordo com o gráfico 8 o retorno sobre o Patrimônio Líquido em 2007 no Itaú e no Unibanco era de 29%, Após a Fusão este Índice caiu para 18% em 2008 e 20% em 2009.

O mesmo ocorreu com a margem Líquida e o retorno sobre o Investimento Total. Entendendo melhor, a margem líquida é resultado da gestão de ativos e passivos como taxas, prazos, receitas e despesas.

Verificando o balanço Patrimonial pode-se identificar que somente como exemplo, a Receita de intermediação Financeira de 2008 para 2009 teve um crescimento de 26,45% e o ativo total elevou se em 51% de acordo com os dados do Itaú e 75% se comparado ao Ativo do Unibanco de 2007.

O banco Itaú Operava com uma margem líquida de 90% e o Unibanco com 69%, após a fusão está margem caiu para 14% e 13%. Diminuição significativa que repercute diretamente no lucro da instituição.

Em relação ao retorno sobre o investimento o Itaú para cada R\$ 100,00 de investimento obteve 3% de Lucro, o Unibanco 2%. Após a fusão este retorno foi para 1% e 2%.

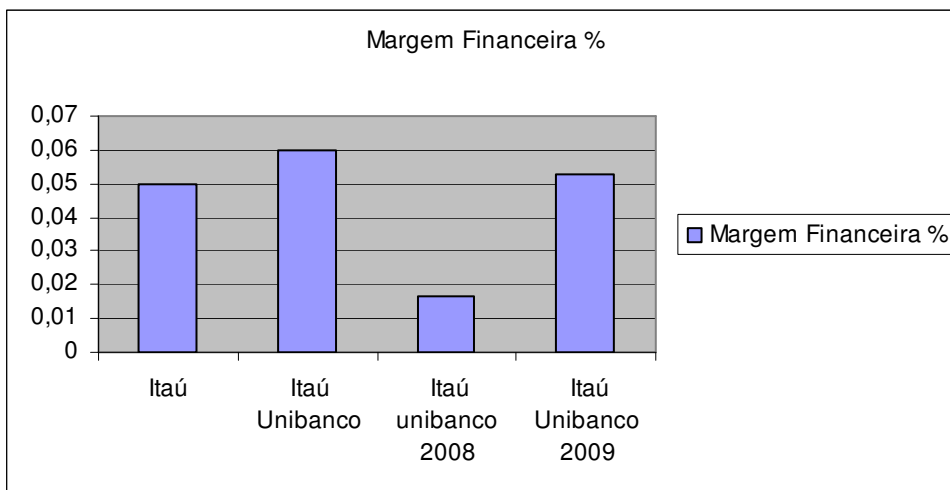


Gráfico 9: Evolução dos Índices de Margem Financeira.

Fonte: Índices de Margem Financeira

A margem Financeira é obtida entre a relação Resultado Bruto da Intermediação Financeira e o Ativo total. Observa-se que especificamente neste índice, a situação era melhor antes da fusão.

Provável motivo desta variação deve-se a conta Resultado bruto da intermediação Financeira. No ano de 2009 em relação a 2008 o aumento foi de 206,47%. Diversos fatores contribuíram para esta evolução como as Despesas de empréstimos e repasse e a provisão para devedores duvidosos.

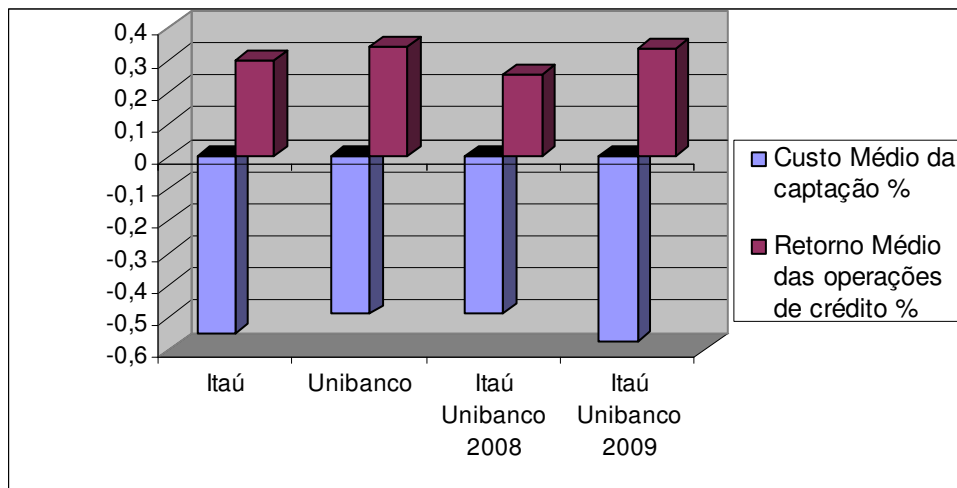


Gráfico 10: Evolução dos índices de Custo de captação e Retorno Médio das Operações de crédito

Fonte: Índices de Custo Médio de Captação e retorno Médio das Operações de Crédito

O período analisado de 2007 a 2009 foi marcado por diversas modificações no mercado, principalmente pela falta de crédito do fim de 2008 e início de 2009 causado pela crise financeira. O aumento do depósito compulsório e a queda da SELIC proposto pelo governo também alterou o spread das operações de crédito.

Ainda assim, pode se observar que para O Itaú Unibanco Holding o custo da captação e do retorno das operações de crédito manteve-se constante.

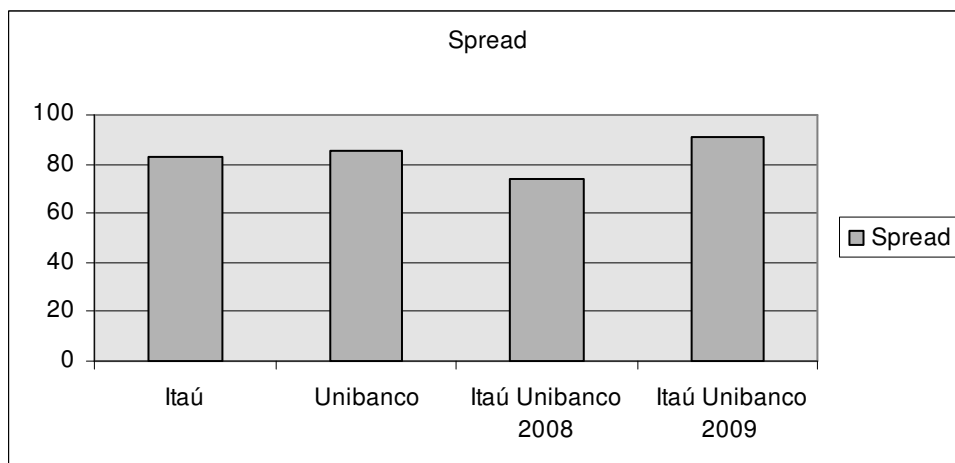


Gráfico 11: Evolução do Spread sobre as operações de crédito.

Fonte: Cálculo do Spread

O Spread das operações de crédito obteve uma pequena queda no ano de 2008 para 74% em relação ao que o Itaú e o Unibanco operavam anteriormente, mas, retomou em 2009 com 91%.

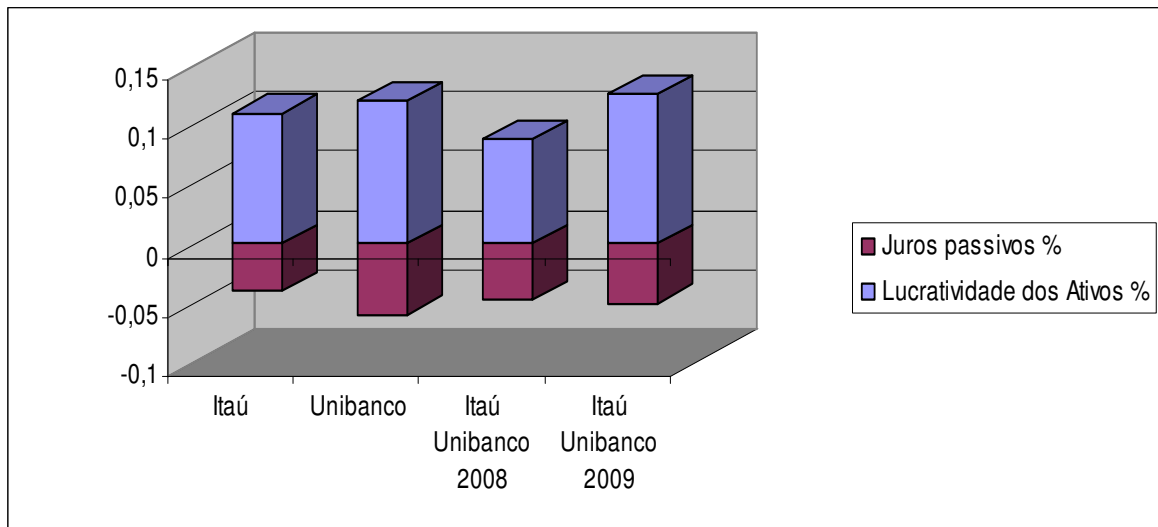


Gráfico 12: Evolução da lucratividade dos Ativos e Juros Passivos.

Fonte: Índices de juros Passivos e Lucratividade dos Ativos

A lucratividade dos ativos no Itaú era de 11%, no Unibanco 12%. No primeiro ano da fusão, este índice caiu para 9% e em 2009 chegou a 13%. O resultado desta lucratividade deve-se a possibilidade que os bancos têm em produzir receitas com prestação de serviços, tarifas, venda de produtos, crédito e com a carteira de captação, principalmente. O Juros passivo manteve-se entre 4 e 6% antes e após a fusão.

O índice de eficiência demonstra que as receitas de prestação de serviços corresponderam no Itaú Unibanco Holding a 16% em 2009 e 15% em 2008 das receitas de Intermediação Financeira.

A despesa com pessoal correspondeu nestes dois anos a apenas 13%. Sendo que um dos graus de eficiência bancária definido pelo mercado é a cobertura de despesas de pessoal pelas receitas geradas por tarifas sobre serviços.

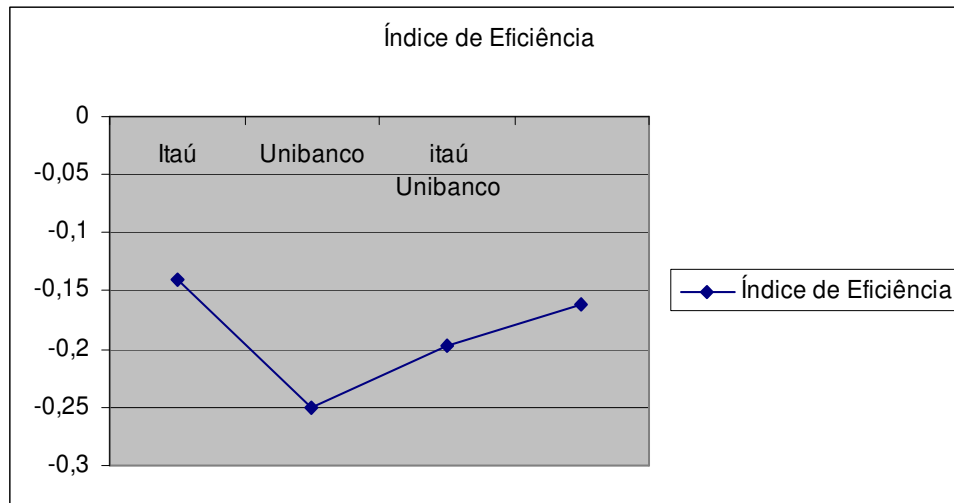


Gráfico 13: Evolução do Índice de Eficiência

Fonte: Índice de Eficiência

O Gráfico 13 apresenta a evolução do Índice de Eficiência, demonstrando que tanto no Itaú ou Unibanco isoladamente, quanto na Holding, os índices são muito baixos, o que demonstra uma ótima estrutura operacional para manter suas atividades.

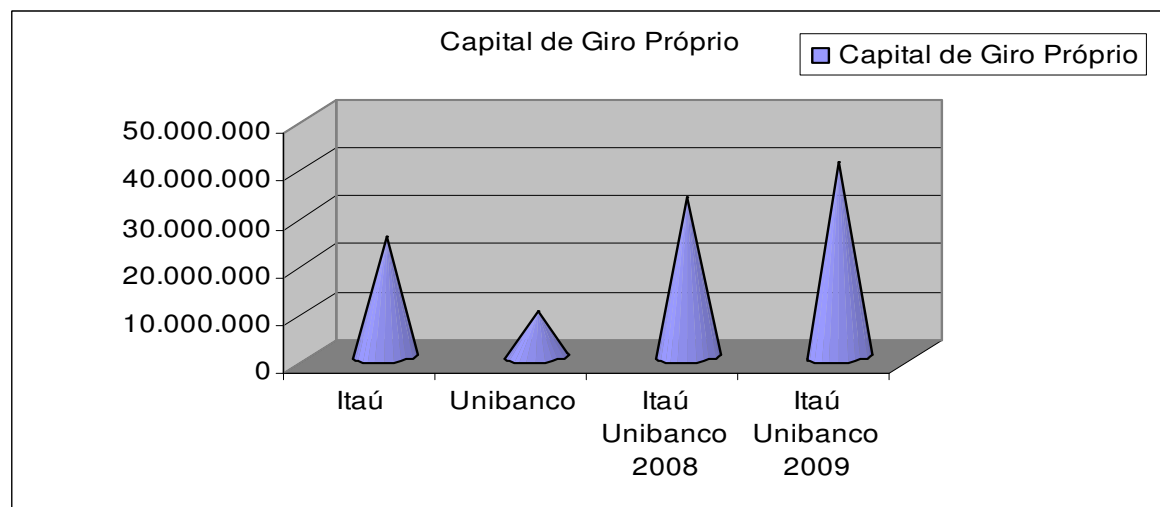


Gráfico 14: Evolução do Capital de Giro Próprio

Fonte: Cálculo do Capital de Giro Próprio

Finalmente o capital de Giro Próprio, apresentou surpreendente evolução comparada antes da fusão. Principalmente ao resultado apresentado pelo Unibanco. A variação do Unibanco para o Itaú Unibanco holding S.A. foi de 249% no ano da fusão e de 324% no segundo ano. Em relação ao Itaú o crescimento foi de 32% em 2008 e 61% em 2009. Confirmando a condição financeira e estabilidade das empresas estudadas.

CONCLUSÕES

Pôde-se averiguar através deste trabalho que a análise das demonstrações contábeis através dos índices é muito importantes para identificar o desempenho da empresa em vários pontos e servir como instrumento de decisão, analisando sua situação econômico-financeira e se preciso criar formas para melhorar o desempenho.

Este trabalho tinha como objetivo avaliar as demonstrações contábeis dos bancos Itaú e Unibanco antes da reorganização societária que ocorreu em 2008 e após a fusão com a nova empresa constituída, Itaú Unibanco holding S.A.

O momento da divulgação da fusão era de grandes conturbações no mercado principalmente internacional, o que chegou a ser cogitado na mídia que a fusão estaria ocorrendo por causa da crise de 2008. Verificando as demonstrações financeiras dos dois bancos pôde se concluir que os dois possuíam lucros crescentes e que a fusão não aparenta ser reflexo da crise.

Após a análise dos índices econômicos e financeiros, pôde identificar-se que a capacidade financeira dos bancos teve um significativo aumento em diversos índices e que Holding possui alta liquidez e solidez financeira o que garante o pagamento de obrigações com terceiros. A prova disso é o índice de liquidez que subiu 60% em relação ao Itaú e 68% ao Unibanco.

Percebeu-se também que a gestão do Itaú Unibanco Holding é feita de forma a maximizar a relação de risco e retorno, mantendo o patamar adequado do risco assumido em seus negócios, e assim, podendo cobrir possíveis perdas que possam ocorrer. Por exemplo, no índice de participação de empréstimos a média é 23% sobre os depósito de clientes, deixando claro que trata-se de fator limitador para evitar dependência de capital de terceiros. Fatores como taxa de juros, aumento ou redução de consumo, inflação e inadimplência no mercado, são fatores considerados.

O Spread nas operações de crédito teve uma pequena redução em 2008, ano atípico para as instituições financeiras, porém, aumentou em 2009, quando o foco da instituição foi as o aumento de suas linhas de crédito principalmente no credito imobiliário e financiamento de veículos, aproveitando os incentivos do governo para aumento do consumo.

Em relação ao problema da pesquisa pôde-se concluir que o Itaú Unibanco Holding S.A teve um significativo aumento do seu poder de mercado, através do tamanho da organização e de seus recursos, tornando-se mais competitivo.

Verificou-se também sinergia no trabalho das duas empresas, aumentando assim o resultado que individualmente produziam.

E, finalmente conclui-se que a reorganização societária contribuiu muito para o crescimento da Nova organização – o Itaú Unibanco Holding S.A, o cálculo dos Índices demonstrou que a fusão não apenas acarretou na adição das duas empresas, mas sim na possibilidade de alavancagem de seus negócios e aumento de suas receitas.

3.5 RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Recomenda-se para estudos futuros uma análise das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco Holding S.A. em relação à tributação e aos métodos que os bancos utilizam para obter incentivos fiscais, como apoio ao esporte, cultura e educação.

Analisar outras reorganizações societárias de instituições financeiras que ocorreram no Brasil, como Santander e banco Real, ou até no segmento de Bancos Privados como Banco do Brasil e BESC, e quais os reflexos para estas instituições e para seus colaboradores.

Outra possibilidade seria pesquisar as reorganizações societárias em geral, que ocorrem com tanta frequência no Brasil, verificando os aspectos positivos e negativos, pois Segundo a KPMG Corporate Finance, no ano de 2009 foram realizadas 454 operações de fusões e aquisições envolvendo empresas Brasileiras ou estabelecida no Brasil.

As sugestões apresentadas são para todos que de alguma maneira se interessam por Instituições Financeiras.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**. 8º ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ANDRADE, Luis Felipe Figueredo de; NIYAMA, Jorge Katsumi; SANTANA, Cláudio Moreira. **Nível de “Disclosure” sobre riscos de mercado e operacional**: Uma análise comparativa dos vinte maiores bancos brasileiros. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9., 2009. São Paulo. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos/92009/212>>. Acesso em 12 maio 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Legislação e normas**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

BANCO UNIBANCO S.A. **Relação com investidores**. Disponível em: <<http://www.unibanco.com.br>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

BARRETO, E. **A contabilidade a valor justo e a crise financeira mundial**. 2009.135 f. Tese (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br>>. Acesso em: 02 maio 2010.

BODIE, Zvie; MERTON, Robert c. **Finanças**. 1º ed. Tradução James Sunderland Cook. Porto Alegre: Bookman, 2002.

BRASESCO. FUNDOS DE INVESTIMENTOS. Cartilha – **Manual do gerente**. Departamento de Treinamento e Investimentos do Banco Bradesco S/A. São Paulo, uso interno, jan. 2004.

CAMARGOS, Marcos Antônio de; BARBOSA, Francisco Vidal. **Análise do desempenho econômico e financeiro e da criação de sinergia em processos de fusões e aquisições do mercado brasileiro ocorridos entre 1995 e 1999**. Rege USP, Jun. 2005, vol12, nº.2, 9.99-115. ISS. 1809-2276.

CARNEIRO, L. Ganho recorde. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 Fev.2010. Disponível em: <<http://www.oglobo.globo.com>>. Acesso em: 13 mar. 2010.

CARVALHO, L. Nelson; LEMES, Sirlei; COSTA, Fábio Moraes da. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2009.

CARVALHOSA, Modesto. **Comentários à lei de sociedade anônima**. São Paulo: Saraiva, 1998.

COSTA, F. M. D; GOLDNER, F.; GALDI, F. C. **Análise dos fatores que influenciam no Disclosure dos maiores bancos brasileiros**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7., 2007, São Paulo. Controladoria e Contabilidade em Prol do Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos72007/687>>. Acesso em: mar. 2010.

DANTAS, J.A; LUSTOSA, P.R.B. **Rentabilidade das instituições financeiras no Brasil: Mito ou Realidade?** In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. Pesquisa Contábil e Desenvolvimento Econômico–Social. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos62006/43>>. Acesso em: 03 maio 2010.

ERNEST; YONG. FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais da Contabilidade**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009

FARIA JUNIOR, J.A; PAULA, L.F.D. **Fusões e aquisições bancárias e a evolução da eficiência técnica dos maiores bancos privados do Brasil**. In: Encontro nacional de economia, 38., 2009, Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2009>. Acesso em: 05 maio 2010.

FREIRE FILHO, A. A. D. S. **Provisão para crédito de liquidação duvidosa nas instituições bancárias: comparação das práticas contábeis estadunidenses e brasileiras**. 2002. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós Graduação em Ciências Contábeis, Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.unbcontabil.unb.br/volumes/v6n1/101a130>>. Acesso em: 07 maio 2010.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 1993.

FUJOMOTO, A. L. **Fusões e incorporações de empresas: uma análise sobre o controle e os reflexos jurídicos (Lei 8884/94)**. In Seminário da UNESP. 2006, Franca. SP, 2006. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/fujomoto>>. Acesso em 01 de maio de 2010.

FUSÃO, CISÃO E INCORPORAÇÃO DE SOCIEDADES. **Reorganização societária**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br>>. Acesso em 21 de abril de 2010.

GIL, A.C. **Projeto de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988.

HOJI, M. **Administração financeira**: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2003.

ITAU. BANCO ITAÚ S.A. **Relatório de sustentabilidade**. Disponível em <<http://www.itaub.com.br>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

ITAÚ E UNIBANCO anunciam Fusão e criam maior grupo financeiro do Hemisfério Sul. **Folha on-line, São Paulo**, 03 nov.2008. Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

IUDICIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LOPES, Rafael Souza; PALMEIRA, Eduardo Mauch. A crise financeira mundial: impactos sobre o Brasil. **Revista Acadêmica de Economia**, n 105, 2008. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br>>. Acesso em: 02 de maio de 2010.

KPMG. Corporate Finance. **Fusões e aquisições**. Relatório disponível em: <<http://www.kpmg.com.br>>. Acesso em maio de 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial: como avaliar empresas, análise da gestão de caixa, análise da gestão de lucro, desempenho da diretoria**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MILONE, Mário César de Mattos. **Cálculo do valor de ativos intangíveis**: uma metodologia alternativa para a mensuração ao valor de marcas. 2005.124 f. Tese (Doutorado em Administração) – faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/disponiveis/12/12139>>. Acesso em 20 de abril de 2010.

NAKAMURA, Ângela Mie. **Avaliação de participações societárias**. 1º ed. Brasília: Brasiliense, 1990.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. **Contabilidade de instituições financeiras**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PASSOS, G. R. P; VILA, E.N. **Ágio em operações de incorporação reversa indireta**: um estudo de caso sob o ponto de vista contábil e fiscal. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos102010/1238>>. Acesso em 10 de maio de 2010.

PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de Paula. **Consolidação bancária: tendências recentes nos países desenvolvidos e na União Européia.** UFRJ. Rio de Janeiro, 2002

PELLENZ, Gianni Felipe. **A reorganização societária empenhada pelo banco Itaú s.a. no acervo de suas questões, após o plano real até o ano de 2007.** 81f. Monografia Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

PERES JUNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luis Martins de. **Contabilidade avançada.** 3º ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SALOMON, D.V. **Como fazer uma monografia.** Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

ÉPOCA. Santander Brasil demite 400 funcionários, diz Sindicato. **Revista Época**, São Paulo, 16 Jan. 2009. Disponível em: <<http://www.epocanegocios.globo.com/revista/epocanegocios/0,,edr85951-16628,00>>. Acesso em: 12 de maio de 2010.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade societária.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Antônio. **Vantagens da internacionalização e fusão bancária no Brasil.** São Paulo, 2008.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; MORAES, Marcos Campos. **Concentração do setor financeiro brasileiro após o plano real.** In CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE 6, 2006, São Paulo. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.or/artigos62006>>. Acesso em 10 de maio de 2010.

SILVA, José Antônio da. **Análise do estabelecimento de limite de crédito: um estudo de caso.** Taubaté – SP. Disponível em <http://www.unitau.br/prppg>. Acesso em 12 de maio de 2010.

SILVA, Minelle Enéas da et al. **Fusões e incorporações: Decisões estratégicas que elevam o poder de uma organização.** In. XII SEMEAD, 2009, Campinas. Empreendedorismo e Inovação. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead>>. Acesso em 02 de maio de 2010.

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. **Intermediários e auxiliares financeiros.** Disponível em: <<http://www.economiabr.net>>. Diversos acessos.

VELTER, Francisco; MISSAGIA, Luiz Roberto. **Contabilidade avançada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

WALD, Arnoldo; MORAES, Luiza Rangel de; WAISBERG, Ivo. Fusões, incorporações e aquisições: aspectos societários, contratuais e regulatório. In: WARDE JR, Walfrido Jorge (coord.). **Fusão, Cisão, Incorporação e temas correlatos**. São Paulo: 2001.

WATANABE, S. *et al.* **Evidenciação contábil comparativa entre Brasil e EUA das práticas contábeis realizadas na operação de combinação de negócios em uma empresa do setor de papel e celulose**. Rio de Janeiro, vol. 8, nº34. 2006. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revistas/ojs-2.2.3-06>>. Acesso em 08 de maio de 2010.

ANEXOS

Demonstração do Resultado Consolidado
Em Milhares de Reais)

	31/12/2007	31/12/2006
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	32.129.740	29.740.487
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	21.054.632	18.295.781
Resultado de Operações com Tít. Valores Mobiliários e Instr. Financ. Derivados	7.830.790	8.339.986
Resultado Financeiro de Operações com seguro, previdência e capitalização.	2.210.270	2.117.128
Resultado de Operações de Câmbio	147.596	67.820
Resultado das Aplicações Compulsórias	886.452	919.772
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-11.158.359	-11.706.169
Operações de Captação no Mercado	-9.444.942	-9.276.922
Despesas Financeiras de Provisões Técnicas de Previdência e Capitalização (Nota 10c)	-1.840.601	-1.704.078
Operações de Empréstimos e Repasses	127.184	-725.169
RESULTADO DA INTERMED. FINANC. ANTES DOS CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	20.971.381	18.034.318
RESULTADO DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (Nota 7dI)	-5.494.895	-5.504.622
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-6.563.386	-6.447.640
Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.068.491	943.018
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15.476.486	12.529.696
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	-4.431.014	-4.431.014
Receitas de Prestação de Serviços	10.174.445	9.096.573
Administração de Recursos	2.005.693	1.986.445
Serviços de Conta Corrente	1.535.693	1.548.991
Cartões de Crédito	2.348.711	2.104.276
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	2.270.074	1.689.472
Serviços de Recebimentos	901.682	908.815
Outros	1.112.592	858.574
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização.	1.218.943	1.126.390
Despesas de Pessoal	-5.522.765	-4.823.491
Outras Despesas Administrativas	-6.403.231	-5.840.923
Despesas Tributárias	-2.532.627	-2.315.614
Resultado de Participações em Coligadas	219.563	294.367
Outras Receitas Operacionais	521.397	558.998
Outras Despesas Operacionais	-2.106.739	-4.549.068
RESULTADO OPERACIONAL	11.045.472	6.076.928
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 12i)	2.873.321	383.474
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	13.918.793	6.460.402
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-4.756.443	-1.436.599
Devidos sobre Operações do Período	-3.032.090	-2.386.270
Referentes a Diferenças Temporárias	-1.724.353	949.671
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	-743.657	-669.753
Empregados – Lei 10.101 de 19/12/2000	-616.001	-517.042
Administradores – Estatutárias – Lei 6.404 de 15/12/1976	-127.656	-152.711
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS NAS SUBSIDIÁRIAS	54.911	-45.123
LUCRO LÍQUIDO	8.473.604	4.308.927
MÉDIA PONDERADA DA QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (Nota 15a)	2.398.743.827	2.275.669.637
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO – R\$	3,53	1,89
VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO – R\$ (EM CIRCULAÇÃO EM 31/12)	12,09	9,84
EXCLUSÃO DOS EFEITOS NÃO RECORRENTES (Notas 2a e 21h)	-1.294.643	1.885.958
LUCRO LÍQUIDO SEM OS EFEITOS NÃO RECORRENTES	7.178.961	6.194.885
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO – R\$	2,99	2,72

BANCO ITAÚ HOLDING FINANCEIRA S.A.
Balanco Patrimonial Consolidado (Nota 2a)
(Em Milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2007	31/12/2006
CIRCULANTE	227.062.636	158.940.624
DISPONIBILIDADES	4.287.879	3.391.367
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Notas 4a e 5)	55.115.646	29.816.172
Aplicações no Mercado Aberto	40.740.131	20.363.830
Aplicações no Mercado Aberto - Recursos Garantidores das Provisões Técnicas SUSEP	746.227	203.009
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.629.288	9.249.333
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC. DERIVATIVOS	52.960.574	36.696.065
Carteira Própria	21.840.234	12.811.299
Vinculados a Compromissos de Recompra	1.377.258	2.201.020
Vinculados a Prestação de Garantias	4.822.917	2.623.231
Vinculados ao Banco Central	402.854	-
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação	4.113	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.946.196	1.968.467
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - Cotas de Fundos de PGBL/VGBL	18.664.004	14.323.595
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - Outros Títulos (Nota 10b)	2.902.998	2.768.453
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	17.297.963	15.187.398
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	13.059	14.794
Depósitos no Banco Central	17.213.774	15.117.614
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	30.089	30.106
Correspondentes	12.249	23.460
Repasses Interfinanceiros	28.792	1.424
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	42.552	35.142
OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARREND. MERC. FINANCEIRO E OUTROS CRÉDITOS	69.932.933	51.416.792
Operações com Características de Concessão de Crédito (Nota 4d)	74.465.856	55.924.622
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 4e)	(4.532.923)	(4.507.830)
OUTROS CRÉDITOS	26.085.737	21.436.826
Carteira de Câmbio (Nota 8)	16.099.986	12.872.015
Rendas a Receber	850.649	773.395
Prêmios de Seguros a Receber (Nota 10b)	789.636	758.217
Negociação e Intermediação de Valores	1.035.426	753.772
Diversos (Nota 12a)	7.310.040	6.279.427
OUTROS VALORES E BENS (Nota 4f)	2.201.858	960.862
Outros Valores e Bens	357.489	384.056
(Provisões para Desvalorizações)	(59.820)	(68.537)
Despesas Antecipadas (Nota 12b)	1.904.189	645.343
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	63.054.653	46.165.214
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Notas 4a e 5)	1.669.601	1.592.750
Aplicações no Mercado Aberto	613.393	259.845
Aplicações no Mercado Aberto - Recursos Garantidores das Provisões Técnicas SUSEP (Nota 10b)	400.355	514.963
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	655.853	817.942
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC. DERIVATIVOS	8.376.940	9.539.711
Carteira Própria	4.678.813	6.389.392
Vinculados a Compromissos de Recompra	761.310	432.908
Vinculados a Prestação de Garantias	1.104.162	358.972
Vinculados ao Banco Central	-	131.247
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.174.016	1.399.661
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - Outros Títulos (Nota 10b)	658.639	827.531
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - SFH - Sistema Financeiro da Habitação	386.798	354.747
OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARREND. MERC. FINANCEIRO E OUTROS CRÉDITOS	37.689.381	25.300.940

Operações com Características de Concessão de Crédito (Nota 4d)	41.082.118	28.223.794
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 4e)	(3.392.737)	(2.922.854)
OUTROS CRÉDITOS	12.523.088	8.643.496
Carteira de Câmbio (Nota 8)	2.669.828	-
Rendas a Receber	-	-
Diversos (Nota 12a)	9.853.260	8.643.496
OUTROS VALORES E BENS - Despesas Antecipadas (Notas 4f e 12b)	2.408.845	733.570
PERMANENTE	3.896.456	4.585.322
INVESTIMENTOS (Notas 4g e 14a II)	1.259.767	2.010.341
Participações em Coligadas	1.008.546	1.779.561
Outros Investimentos	330.197	322.062
(Provisão para Perdas)	(78.976)	(91.282)
IMOBILIZADO DE USO (Notas 4h e 14b)	1.885.492	2.071.224
Imóveis de Uso	2.272.133	2.451.303
Outras Imobilizações de Uso	3.662.225	3.546.108
(Depreciações Acumuladas)	(4.048.866)	(3.926.187)
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL (Nota 4i)	12.246	15.189
Bens Arrendados	18.553	19.231
(Depreciações Acumuladas)	(6.307)	(4.042)
DIFERIDO (Notas 4j e 14b)	738.951	488.568
Gastos de Organização e Expansão	1.105.535	875.448
(Amortização Acumulada)	(366.584)	(386.880)
TOTAL DO ATIVO	294.876.251	209.691.160

Passivo	31/12/2007	31/12/2006
CIRCULANTE	173.095.127	118.541.890
DEPÓSITOS(NOTA 4A E 9B)	74.928.259	56.455.326
Depósitos à Vista	26.729.041	17.332.787
Depósitos de Poupança	27.989.905	22.911.960
Depósitos Interfinanceiros	1.509.891	2.142.590
Depósitos a Prazo	17.294.464	12.303.689
Outros depósitos	1.404.958	1.764.300
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Notas 4a e 9c)	38.873.272	18.925.696
Carteira Própria	17.877.911	10.572.982
Carteira de Terceiros	20.995.361	8.352.714
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Notas 4a e 9d)	3.034.797	3.051.956
Recursos de Letras Imobiliárias	233.049	194.577
Recursos de Letras Hipotecárias	49.201	325.203
Recursos de Debêntures	1.599.990	1.605.221
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.152.557	926.955
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	403.549	728.107
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	49.181	23.157
Correspondente	354.368	704.950
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.452.411	1.446.639
Recursos em Trânsito de Terceiros	1.427.908	1.445.785
Transferências Internas de Recursos	24.503	854
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES (Notas 4a e 9e)	10.211.650	4.750.276
Empréstimos	8.068.941	3.218.987
Repases	2.142.709	1.531.289
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Notas 4c e 6f)	2.499.951	1.300.358
PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO	3.189.823	2.943.811

OUTRAS OBRIGAÇÕES	38.501.415	28.939.721
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	355.670	221.019
Carteira de Câmbio (Nota 8)	16.243.458	13.123.604
Sociais e Estatutárias (Nota 15b II)	2.859.323	2.229.701
Fiscais e Previdenciárias (Nota 13c)	2.152.751	1.734.222
Negociação e Intermediação de Valores	1.986.006	1.097.787
Operações com Cartões de Crédito (Nota 4d)	8.705.802	6.877.710
Securitização de Ordens de Pagamento no Exterior (Nota 9f)	166.327	217.875
Dívidas Subordinadas (Nota 9g)	2.065.107	61.900
Diversas (Nota 12c)	3.966.971	3.375.903
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	90.618.028	66.208.922
DEPÓSITOS (Notas 4a e 9b)	6.663.918	4.717.548
Depósitos Interfinanceiros	106.013	24.394
Depósitos a Prazo	6.557.905	4.693.154
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Notas 4a e 9c)	25.859.846	20.419.012
Carteira Própria	25.503.331	20.403.447
Carteira Livre Movimentação	356.515	15.565
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Notas 4a e 9d)	5.336.311	4.489.434
Recursos de Letras Hipotecárias	906.993	
Recursos de Debêntures	2.129.902	1.350.000
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	2.299.416	3.139.434
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES (Notas 4a e 9e)	6.588.517	5.766.790
Empréstimos	2.613.800	1.960.450
Repases	3.974.717	3.806.340
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Notas 4c e 6f)	1.357.353	945.909
PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO (Notas 4k e 10a)	20.642.276	16.092.640
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.169.807	13.777.589
Carteira de Câmbio (Nota 8)	2.674.110	
Fiscais e Previdenciárias (Nota 13c)	8.564.955	5.895.302
Securitização de Ordens de Pagamentos no Exterior (Nota 9f)	943.248	1.313.842
Dívidas Subordinadas (Nota 9g)	9.310.176	4.504.490
Diversas (Nota 12c)	2.677.318	9.310.176
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (Nota 4n)	73.509	81.152
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS NAS SUBSIDIÁRIAS (Nota 21g)	2.120.501	1.294.725
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15)	28.969.086	23.564.471
Capital Social	14.254.213	14.254.213
Reservas de Capital	1.290.059	1.290.005
Reservas de Lucros	14.531.741	8.979.586
Ajuste a Valor de Mercado - TVM e Derivativos (Notas 4b,4c e 6d)	65.467	163.600
(Ações em Tesouraria)	(1.172.394)	(1.122.933)
TOTAL DO PASSIVO	294.876.251	209.691.160

Demonstração do Resultado Consolidado		
Itaú Unibanco Holding S.A		
	01/01a 31/12/2009	01/01 a 31/12/2008
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	76.727.739	56.431.023
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	47.476.820	37.891.596
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	24.024.883	13.899.186
Receitas Financeiras das Operações com Seguros, Previdência e Capitalização (Nota 11c)	4.575.783	2.321.376
Resultado de Operações de Câmbio	9.482	986.858
Resultado das Aplicações Compulsórias	640.771	1.332.007
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-30.581.022	-33.063.657
Operações de Captação no Mercado	-26.296.868	-26.830.246
Despesas Financeiras de Provisões Técnicas de Previdência e Capitalização (Nota 11c)	-3.992.544	-1.841.417
Operações de Empréstimos e Repasses	-291.610	-4.391.994
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINAN ANTES DOS CRÉD DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	46.146.717	23.367.366
RESULTADO DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (Nota 8d I)	-14.165.307	-12.945.605
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-16.398.955	-14.279.713
Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	2.233.648	1.334.108
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	31.981.410	10.421.761
OUTRAS RECEITAS/ (DESPESAS) OPERACIONAIS	-12.364.637	-11.123.239
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 13d)	12.455.231	8.649.399
Administração de Recursos	2.249.495	1.967.561
Serviços de Conta Corrente	466.454	300.951
Cartões de Crédito	5.816.504	3.018.976
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	1.323.293	1.243.528
Serviços de Recebimentos	1.204.517	900.588
Outros	1.394.968	1.217.795
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 13e)	2.771.722	2.554.778
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização (Nota 11c)	2.431.694	1.307.241
Despesas de Pessoal (Nota 13f)	-9.832.230	-7.632.140
Outras Despesas Administrativas (Nota 13g)	-11.592.702	-7.920.721
Despesas Tributárias (Notas 4o e 14a II)	-4.237.763	-2.335.735
Resultado de Participações em Coligadas (Nota 15a III)	177.956	193.532
Outras Receitas Operacionais (Nota 13h)	941.050	1.508.795
Outras Despesas Operacionais (Nota 13i)	-5.479.595	-7.448.388
RESULTADO OPERACIONAL	19.616.773	-701.478
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Notas 13j e 22l)	430.436	205.782
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	20.047.209	-495.696
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 4o e 14a I)	-7.421.217	9.420.450
Devidos sobre Operações do Período	-6.199.436	-2.794.837
Referentes a Diferenças Temporárias	-1.221.781	12.215.287
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	-1.695.371	-854.882
Empregados – Lei n°. 10.101 de 19/12/2000	-1.490.730	-747.750
Administradores – Estatutárias – Lei n°. 6.404 de 15/12/1976	-204.641	-107.132
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS NAS SUBSIDIÁRIAS (Nota 22k)	-864.013	-266.389
LUCRO LÍQUIDO	10.066.608	7.803.483
MÉDIA PONDERADA DA QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.517.815.519	3.472.966.007
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO – R\$	2,23	2,25
VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO – R\$ (EM CIRCULAÇÃO EM 31/12)	11,19	10,68
EXCLUSÃO DOS EFEITOS NÃO RECORRENTES (Notas 2a e 22l)	424.003	567.393
LUCRO LÍQUIDO SEM OS EFEITOS NÃO RECORRENTES	10.490.611	8.370.876
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO – R\$	2,32	2,41

Itaú Unibanco Holding S.A.

(R\$ Milhares)

Balanco Patrimonial Consolidado (Nota 2a)

ATIVO	31/12/2009	31/12/2008
CIRCULANTE	452.725.515	487.289.567
DISPONIBILIDADES	10.594.442	15.847.047
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Notas 4b e 6)	133.011.522	120.269.009
Aplicações no Mercado Aberto	115.652.060	95.476.978
Aplicações no Mercado Aberto – Recursos Garantidores das Provisões Técnicas SUSEP (Nota 11b)	435.658	73.868
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	16.923.804	24.718.163
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	95.275.181	109.272.725
Carteira Própria	24.748.546	36.896.405
Vinculados a Compromissos de Recompra	8.544.983	3.187.485
Vinculados a Prestação de Garantias	7.945.106	15.123.730
Vinculados ao Banco Central	6.398.545	6.163.072
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.846.677	14.019.378
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas – Cotas de Fundos de PGBL/VGBL (Nota 11b)	38.626.466	30.023.746
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas – Outros Títulos (Nota 11b)	5.164.858	3.858.909
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	13.991.111	13.570.569
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	17.296	80.328
Depósitos no Banco Central	13.868.759	13.407.747
SFH – Sistema Financeiro da Habitação	11.177	14.371
Correspondentes	88.781	61.247
Repasse Interfinanceiros	5.098	6.876
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	57.200	41.254
OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL FINAN. E OUTROS CRÉD	140.671.375	147.156.032
Operações com Características de Concessão de Crédito (Nota 4e)	155.107.495	157.139.095
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 4f)	-14.436.120	-9.983.063
OUTROS CRÉDITOS	56.312.074	78.068.817
Carteira de Câmbio (Nota 9)	25.313.317	49.473.902
Rendas a Receber	739.968	1.134.038
Operações com Emissores de Cartão de Crédito (Nota 4e)	9.520.515	5.100.495
Crédito com Operações de Seguros e Resseguros (Notas 4mI e 11b)	3.420.379	3.646.249
Negociação e Intermediação de Valores	864.741	2.146.053
Diversos (Nota 13a)	16.453.154	16.568.080
OUTROS VALORES E BENS (Nota 4g)	2.812.610	3.064.114
Bens Não Destinados a Uso	359.910	562.191
(Provisões para Desvalorizações)	-92.451	-208.255
Prêmios Não Ganhos de Resseguros (Nota 4m I)	558.690	500.789
Despesas Antecipadas (Nota 13b)	1.986.461	2.209.389
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	145.252.796	139.487.088
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Notas 4b e 6)	6.183.973	4.277.079
Aplicações no Mercado Aberto	3.048.037	896.124
Aplicações no Mercado Aberto – Recursos Garantidores das Provisões Técnicas SUSEP (Nota 11b)	2.598.695	2.091.711
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	537.241	1.289.244
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Notas 4c, 4d e 7)	24.913.383	29.071.150
Carteira Própria	11.642.294	12.083.753
Vinculados a Compromissos de Recompra	935.112	3.246.332
Vinculados a Prestação de Garantias	2.644.535	2.282.005
Vinculados ao Banco Central	4.395.002	3.786.890
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.092.806	3.585.157
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas – Outros Títulos (Nota 11b)	3.203.634	4.087.013
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – SFH – Sistema Financeiro da Habitação	521.514	655.867
OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO E OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	81.227.716	73.914.951
Operações com Características de Concessão de Crédito (Nota 4e)	90.843.469	83.904.043
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 4f)	-9.615.753	-9.989.092
OUTROS CRÉDITOS	30.861.607	29.546.084
Carteira de Câmbio (Nota 9)	1.925.929	2.354.776
Diversos (Nota 13a)	28.935.678	27.191.308
OUTROS VALORES E BENS – Despesas Antecipadas (Notas 4g e 13b)	1.544.603	2.021.957
PERMANENTE	10.294.919	10.425.570
INVESTIMENTOS (Notas 4h e 15a II)	2.187.100	2.258.091
Participações em Coligadas	1.191.662	1.354.055
Outros Investimentos	1.173.700	1.081.310
(Provisão para Perdas)	-178.262	-177.274

IMOBILIZADO DE USO (Notas 4i e 15b)	4.353.175	4.025.178
Imóveis de Uso	4.286.573	4.351.024
Outras Imobilizações de Uso	6.183.663	5.998.570
(Depreciações Acumuladas)	-6.117.061	-6.324.416
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL (Nota 4j)	6.424	9.335
Bens Arrendados	18.553	18.553
(Depreciações Acumuladas)	-12.129	-9.218
INTANGÍVEL (Notas 4k e 15b)	3.748.220	4.132.966
Direitos Por Aquisição Folhas de Pagamento	2.597.749	2.395.438
Outros Ativos Intangíveis	2.600.892	2.352.408
(Amortização Acumulada)	-1.450.421	-614.880
TOTAL DO ATIVO	608.273.230	637.202.225

Itaú Unibanco Holding S.A.
(Em R\$ Milhares)

Balanco Patrimonial Consolidado (Nota 2a)

PASSIVO	31/12/2009	31/12/2008
CIRCULANTE	325.881.447	356.276.207
DEPÓSITOS (Notas 4b e 10b)	121.937.743	125.327.596
Depósitos à Vista	24.836.767	26.932.947
Depósitos de Poupança	48.221.550	39.296.239
Depósitos Interfinanceiros	1.897.039	2.517.959
Depósitos a Prazo	45.985.522	55.442.244
Outros Depósitos	996.865	1.138.207
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Notas 4b e 10c)	88.415.532	86.321.785
Carteira Própria	35.947.821	22.881.682
Carteira de Terceiros	51.798.921	62.349.894
Carteira Livre Movimentação	668.790	1.090.209
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Notas 4b e 10d)	10.452.033	10.844.659
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	8.266.027	7.658.693
Recursos de Debêntures	237.591	127.489
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.948.415	3.058.477
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	290.588	399.167
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	64.544	159.395
Correspondentes	226.044	239.772
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.786.792	2.608.978
Recursos em Trânsito de Terceiros	2.705.525	2.584.415
Transferências Internas de Recursos	81.267	24.563
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES (Notas 4b e 10e)	14.478.271	23.467.846
Empréstimos	8.508.785	17.964.771
Repases	5.969.486	5.503.075
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Notas 4d e 7h)	3.335.332	11.224.033
PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO	9.214.061	7.050.805
OUTRAS OBRIGAÇÕES	74.971.095	89.031.338
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	472.971	665.785
Carteira de Câmbio (Nota 9)	25.742.752	47.720.106
Sociais e Estatutárias (Nota 16b II)	4.290.048	3.670.437
Fiscais e Previdenciárias (Notas 4n, 4o e 14c)	7.414.591	6.830.641
Negociação e Intermediação de Valores	1.135.079	2.729.484
Operações com Cartões de Crédito (Nota 4e)	25.977.057	19.111.745
Securitização de Ordens de Pagamento no Exterior (Nota 10a)	-	215.500
Dívidas Subordinadas (Nota 10f)	38.720	1.261.411
Diversas (Nota 13c)	9.899.877	6.826.229
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	227.974.625	234.512.149
DEPÓSITOS (Notas 4b e 10b)	68.834.426	80.861.802
Depósitos Interfinanceiros	149.368	403.176
Depósitos a Prazo	68.685.058	80.458.626
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Notas 4b e 10c)	43.519.001	38.036.677
Carteira Própria	39.271.563	37.862.401
Carteira de Terceiros	62.289	174.276
Carteira Livre Movimentação	4.185.149	-
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Notas 4b e 10d)	6.867.587	8.750.986
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.	586.092	1.353.874
Recursos de Debêntures	2.526.687	3.462.376

Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	3.754.808	3.934.736
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES (Notas 4b e 10e)	20.213.900	19.168.570
Empréstimos	3.827.503	6.215.726
Repases	16.386.397	12.952.844
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Notas 4d e 7h)	2.140.714	3.583.423
PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO (Notas 4m II e 11a)	43.189.687	36.131.280
OUTRAS OBRIGAÇÕES	43.209.310	47.979.411
Carteira de Câmbio (Nota 9)	1.939.565	3.041.056
Fiscais e Previdenciárias (Notas 4n, 4o e 14c)	13.268.553	11.167.723
Operações com Cartões de Crédito (Nota 4e)	198.240	-
Securitização de Ordens de Pagamentos no Exterior (Nota 10a)	-	3.613.233
Dívidas Subordinadas (Nota 10f)	21.999.496	21.164.412
Diversas (Nota 13c)	5.803.456	8.992.987
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (Nota 4p)	193.734	231.105
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS NAS SUBSIDIÁRIAS (Nota 22k)	3.540.001	2.518.728
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16)	50.683.423	43.664.036
Capital Social	45.000.000	29.000.000
Reservas de Capital	640.759	597.706
Reservas de Lucros	5.953.960	16.015.742
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Notas 4c, 4d e 7d)	120.031	-423.717
(Ações em Tesouraria)	-1.031.327	-1.525.695
TOTAL DO PASSIVO	608.273.230	637.202.225

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	2007	2006
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17.252.001	17.277.353
Operações de crédito	10.163.073	10.542.301
Operações de arrendamento mercantil	599.459	235.831
Resultado de títulos e valores mobiliários	4.197.033	4.129.761
Resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização.	1.228.883	1.108.572
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	593.252	752.750
Resultado de câmbio (Nota 7(b))	41.436	18.717
Aplicações compulsórias	428.865	489.421
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(8.898.290)	(9.981.042)
Captações no mercado	(5.126.596)	(6.181.287)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(891.823)	(775.486)
Empréstimos e repases	(725.180)	(601.558)
Provisão para perdas com créditos (Nota 6(f))	(2.154.691)	(2.422.711)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.353.711	7.296.311
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(4.257.059)	(3.776.809)
Receitas de prestação de serviços	3.639.738	3.581.789
Prêmios de seguro, capitalização e previdência privada.	5.264.992	4.278.995
Variações de provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada	(1.834.376)	(1.526.696)
Sinistros	(1.251.029)	(1.018.657)

Despesas com benefícios de planos de previdência privada	(531.301)	(585.081)
Despesas de comercialização e outras de seguros e de previdência privada	(902.983)	(592.262)
Despesas de comercialização de cartão de crédito	(263.307)	(289.808)
Despesas de pessoal	(2.281.607)	(2.200.124)
Outras despesas administrativas	(3.438.485)	(3.512.932)
Despesas tributárias	(1.207.909)	(951.313)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 11(a))	101.952	63.403
Outras receitas operacionais (Nota 18(a))	100.535	290.457
Outras despesas operacionais (Nota 18(b))	(1.653.279)	(1.314.580)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE EVENTOS NÃO RECORRENTES	4.096.652	3.519.502
Resultado de eventos não recorrentes (Nota 26)	848.270	(459.329)
Resultado não operacional	(10.170)	(52.563)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	4.934.752	3.007.610
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19(b))	(753.999)	(601.709)
Provisão para imposto de renda	(774.806)	(579.748)
Provisão para contribuição social	(253.636)	(200.973)
Constituição (realização) de ativo fiscal diferido	274.443	179.012
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(560.220)	(479.187)
Administradores	(37.880)	(36.762)
Empregados	(522.340)	(442.425)
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	3.620.533	1.926.714
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	(172.708)	(176.703)
LUCRO LÍQUIDO	3.447.825	1.750.011

(Valores expressos em milhares de reais)

**UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais

ATIVO	2007	2006
CIRCULANTE	109.986.335	73.417.207
DISPONIBILIDADES	4.430.425	1.349.160
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 4)	36.437.215	19.192.247
Aplicações no mercado aberto	31.067.884	14.515.133
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.323.604	4.654.226
Aplicações em moedas estrangeiras	45.727	22.888
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS		
FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5)	15.732.768	12.283.077
Carteira própria	11.053.430	10.253.637
Vinculados a compromissos de recompra	1.493.898	947.489
Vinculados ao Banco Central	1.585.294	26.657
Vinculados à prestação de garantias	459.402	387.157
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação	-	27.997
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5(f))	1.140.744	640.140
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	6.797.072	5.243.940
Pagamentos e recebimentos a liquidar	59.482	23.031
Créditos vinculados:		
-Depósitos no Banco Central	6.683.141	5.176.668
-SFH-Sistema Financeiro da Habitação	1.524	837
Correspondentes	52.925	43.404
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	34.390	42.819
Recursos em trânsito de terceiros	241	1.508
Transferências internas de recursos	34.149	41.311
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	29.640.839	23.436.091
Operações de crédito: (Nota 6(a))		
-Setor público	181.211	196.927
-Setor privado	31.592.419	25.206.506
Provisão para perdas em operações de crédito (Nota 6(d))	(2.132.791)	(1.967.342)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	2.509.670	893.952
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber: (Nota 6(a))		
-Setor privado	2.587.992	910.564
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil (Nota 6(d))	(78.322)	(16.612)

OUTROS CRÉDITOS	13.602.835	10.220.290
Carteira de câmbio (Nota 7(a))	4.022.023	3.429.393
Rendas a receber	426.008	285.123
Negociação e intermediação de valores	822.150	127.490
Créditos tributários (Nota 19(a))	1.350.816	1.203.458
Valores a receber de cartões de crédito	3.472.335	2.484.001
Prêmios de seguros a receber	1.246.914	1.154.547
Tributos antecipados	1.241.513	796.110
Diversos (Nota 8)	1.135.246	812.870
Provisão para perdas em outros créditos (Nota 6(d))	(114.170)	(72.702)
OUTROS VALORES E BENS	801.121	755.631
Outros valores e bens	261.590	260.577
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(68.121)	(59.110)
Despesas antecipadas (Nota 9)	607.652	554.164
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	37.287.013	27.863.358
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 4)	1.235.037	1.069.495
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.235.037	1.069.495
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS		
FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5)	10.240.894	7.821.979
Carteira própria	4.285.470	3.960.929
Vinculados a compromissos de recompra	2.271.510	3.206.803
Vinculados ao Banco Central	1.558.771	-
Vinculados à prestação de garantias	1.029.392	314.007
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5(f))	1.095.751	340.240
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	56.060	52.869
Créditos vinculados:		
-SFH-Sistema Financeiro da Habitação	56.060	52.869
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	15.933.960	12.440.282
Operações de crédito: (Nota 6(a))		
-Setor público	631.328	748.583
-Setor privado	15.842.773	12.271.920
Provisão para perdas em operações de crédito (Nota 6(d))	(540.141)	(580.221)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	3.814.552	1.021.892
Operações de arrendamento e subarrendamento		
a receber: (Nota 6(a))		
-Setor privado	3.935.958	1.040.840
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil (Nota 6(d))	(121.406)	(18.948)
OUTROS CRÉDITOS	5.185.196	4.853.548
Créditos por avais e fianças honrados	33.590	4.148
Carteira de câmbio (Nota 7(a))	494.013	21.223
Rendas a receber	82.841	40.154
Créditos tributários (Nota 19(a))	2.073.321	1.644.076
Tributos antecipados	157.512	193.058
Diversos (Nota 8)	2.350.764	2.961.503

Provisão para perdas em outros créditos (Nota 6(d))	(6.845)	(10.614)
OUTROS VALORES E BENS	821.314	603.293
Despesas antecipadas (Nota 9)	821.314	603.293
PERMANENTE	2.323.599	2.497.306
INVESTIMENTOS	734.533	912.067
Participações em controladas e coligadas (Nota 11(a))	318.629	224.986
-No país	318.629	224.986
-No exterior	-	-
Ágio na aquisição de empresas controladas (Nota 11(b))	257.569	547.830
Outros investimentos	216.658	205.574
Provisão para perdas	(58.323)	(66.323)
IMOBILIZADO DE USO	843.078	869.489
Imóveis de uso	608.297	625.077
Outras imobilizações de uso	1.591.577	1.569.791
Depreciações acumuladas	(1.356.796)	(1.325.379)
DIFERIDO	745.988	715.750
Gastos de organização e expansão	1.479.096	1.378.527
Amortizações acumuladas	(733.108)	(662.777)
T O T A L	149.596.947	103.777.871

		UNIBANCO CONSOLIDADO
PASSIVO	2007	2006
CIRCULANTE	90.652.620	56.106.522
DEPÓSITOS	32.497.896	20.916.218
Depósitos a vista	10.148.091	3.962.488
Depósitos de poupança	10.505.892	6.756.956
Depósitos interfinanceiros	1.149.031	259.205
Depósitos a prazo	10.564.292	9.809.685
Outros depósitos	130.590	127.884
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	18.920.895	11.017.219
Carteira própria	9.641.616	7.687.147
Carteira de terceiros	9.279.279	2.995.100
Carteira livre movimentação	-	334.972
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 12)	1.946.322	1.698.097
Recursos de letras hipotecárias	55.137	468.196
Recursos de letras de crédito imobiliário	417.806	827.612
Recursos de debêntures	409.836	6.865
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.063.543	395.424
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	136.563	127.033
Recebimentos e pagamentos a liquidar	54.447	39.759

Correspondentes	82.116	87.274
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	627.606	528.860
Recursos em trânsito de terceiros	626.414	519.317
Transferências internas de recursos	1.192	9.543
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 13)	6.199.789	1.894.095
Empréstimos no país - instituições oficiais	91	195
Empréstimos no país - outras instituições	110.285	154.412
Empréstimos no exterior	6.089.413	1.739.488
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES		
OFICIAIS (Nota 13)	2.817.441	2.411.399
BNDES	1.400.027	1.239.695
Finame	1.372.749	1.062.883
Outros	44.665	108.821
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 13)	2.286	18.724
Repasses do exterior	2.286	18.724
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5(f))	3.115.439	575.621
Instrumentos financeiros derivativos	3.115.439	575.621
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.388.383	16.919.256
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	104.513	93.265
Carteira de câmbio (Nota 7(a))	2.519.480	2.574.561
Sociais e estatutárias	1.598.654	616.267
Fiscais e previdenciárias (Nota 14)	1.192.713	751.985
Negociação e intermediação de valores	1.766.622	310.675
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização (Nota 15(a))	10.414.381	6.920.376
Dívidas subordinadas (Nota 15(b))	14.906	429.213
Obrigações decorrentes de operações com cartões de crédito	4.346.399	3.780.366
Diversas (Nota 15(c))	2.430.715	1.442.548
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	45.116.483	36.829.903
DEPÓSITOS	13.144.648	14.716.402
Depósitos interfinanceiros	-	-
Depósitos a prazo	13.144.648	14.716.402
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	8.159.279	5.812.693
Carteira própria	8.159.279	5.812.693
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 12)	2.654.281	1.362.443
Recursos de letras de crédito imobiliário	208	6.062
Recursos de debêntures	2.335.923	700.000
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	318.150	656.381
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 13)	1.519.059	1.271.284
Empréstimos no país - instituições oficiais	237	508
Empréstimos no país - outras instituições	-	2.220
Empréstimos no exterior	1.518.822	1.268.556
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES		

OFICIAIS (Nota 13)	5.792.699	4.124.064
BNDES	2.674.095	2.074.086
Finame	2.897.083	1.902.568
Outros	221.521	147.410
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 13)	5.297	44.809
Repasses do exterior	5.297	44.809
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5(f))	805.552	154.643
Instrumentos financeiros derivativos	805.552	154.643
OUTRAS OBRIGAÇÕES	13.035.668	9.343.565
Carteira de câmbio (Nota 7(a))	496.258	21.110
Provisão para riscos fiscais (Nota 14)	2.763.805	2.022.796
Fiscais e previdenciárias (Nota 14)	318.726	222.303
Negociação e intermediação de valores	111.084	-
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização (Nota 15(a))	641.112	1.942.791
Dívidas subordinadas (Nota 15(b))	5.742.046	2.810.778
Diversas (Nota 15(c))	2.962.637	2.323.787
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	56.888	31.799
Resultados de exercícios futuros	56.888	31.799
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	1.933.652	888.790
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	11.837.304	9.920.857
Capital:	8.000.000	8.000.000
-De domiciliados no país	5.605.827	5.461.311
-De domiciliados no exterior	2.394.173	2.538.689
Reservas de capital	160.910	160.292
Reserva de reavaliação em empresas controladas	4.884	5.381
Reservas de lucros	3.873.989	1.916.031
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos	(65.786)	(117.649)
Ações em tesouraria	(136.693)	(43.198)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO		
PELA CONTROLADORA	13.770.956	10.809.647
TOTAL	149.596.947	103.777.871